



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO BIÊNIO 2021-2023

JANEIRO DE 2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde

Rio Branco, AC 69.915-631

(68) 3302-0408

Disponível para download no site: www.tjac.jus.br

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 2021-2023

Presidente

Desembargadora **WALDIRENE CORDEIRO**

Vice-Presidente

Desembargador **ROBERTO BARROS**

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador **ÉLCIO MENDES** **ELCIO sem acento**

Juizes(as) Auxiliares da Presidência

Dr. **LEANDRO** Leri **GROSS**

Dra. **ANDREA** da Silva **BRITO**

Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral

Dr. **LOIS** Carlos **ARRUDA**

TRIBUNAL PLENO

Por ordem de antiguidade

Desembargadora **EVA EVANGELISTA** de Araújo Souza

Desembargador **SAMOEL** Martins **EVANGELISTA**

Desembargador **PEDRO RANZI**

Desembargador **ROBERTO BARROS** dos Santos

Desembargadora **DENISE** Castelo **BONFIM**

Desembargador **FRANCISCO DJALMA** da Silva

Desembargadora **WALDIRENE** Oliveira da Cruz Lima **CORDEIRO**

Desembargadora **REGINA** Célia **FERRARI** Longuini

Desembargador **LAUDIVON** de Oliveira **NOGUEIRA**

Desembargador **JÚNIOR ALBERTO** Ribeiro

Desembargador **ELCIO** Sabo **MENDES** Júnior

Desembargador **LUIS** Vitório **CAMOLEZ**

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

Diretora

Desembargadora **REGINA FERRARI**

DIRETORIAS

Diretoria de Gestão Estratégica

Raimundo Angelim Vasconcelos

Diretoria de Logística

Alessandra Araújo de Souza

Diretoria Judiciária

Raquel Cunha da Conceição

Diretoria de Finanças e Informações de Custos

Keuly Tavares Queiroz Costa

Diretoria de Gestão de Pessoas

Iriá Farias Franco Modesto Gadelha

Diretoria de Informação Institucional

Andrea Laiana Coelho Zilio

Diretoria de Tecnologia da Informação

Afonso Evangelista de Araújo

Diretoria Regional do Vale do Alto Acre

Ana Paula Viana de Lima Carrilho

JUÍZES E JUÍZAS DE DIREITO

Por ordem de antiguidade

Lois Carlos Arruda

Raimundo Nonato da Costa Maia

Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira

Olívia Maria Alves Ribeiro

Marcelo Coelho de Carvalho

Mirla Regina da Silva

Marcos Thadeu Matias Mamed

Afonso Braña Muniz

Maha Kouzi Manasfi e Manasfi

Romário Divino Faria

Fernando Nóbrega da Silva

Leandro Leri Gross

Lilian Deise Braga Paiva

Rogéria José Epaminondas

Zenair Ferreira Bueno

Anastácio Lima de Menezes Filho

Luana Claudia de Albuquerque Campos

Giordane de Souza Dourado

Edinaldo Muniz dos Santos

Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil

Gilberto Matos de Araújo

Robson Ribeiro Aleixo

Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva

Shirlei de Oliveira Hage Menezes

Clóvis de Souza Lodi

Andréa da Silva Brito

Joelma Ribeiro Nogueira

José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara

Gustavo Sirena

Hugo Barbosa Torquato Ferreira

Alesson José Santos Braz

Francisco das Chagas Vilela Júnior

Adimauro Souza da Cruz

Adamarcia Machado Nascimento

Erik da Fonseca Farhat

Evelin Campos Cerqueira Bueno

Zenice Mota Cardozo

Fábio Alexandre Costa de Farias

Maria Rosinete dos Reis Silva

Marlon Martins Machado

Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga

Marcos Rafael Maciel de Souza

Carolina Alvares Bragança

Flávio Mariano Mundim

Ana Paula Saboya Lima

Ivete Tabalipa

Alex Ferreira Oivane

Manoel Simões Pedroga

Luis Gustavo Alcalde Pinto

Louise Kristina Lopes de Oliveira Santana

Isabelle Sacramento Torturela

Kamylla Acioli Lins e Silva

JUÍZES E JUÍZAS SUBSTITUTOS(AS)

Por ordem de antiguidade Por ordem alfabética

Bruna Barreto PErazzo Costa

Bruno Perrotta de Menezes

Caique Cirano Di Paula

Eder Jacoboski Viegas

Elielton Zanolli Armondes

Glaucia Aparecida Gomes

Guilherme Muniz de Freitas Miotto

Isabela Vieira de Sousa Gouveia

Jorge Luiz Lima da Silva Filho

Jose da Cruz Bessa Neto

Marilene Goulart Verissimo Zhu

Mateus Pieroni Santini

Mona Seth Alexandre Cordeiro

Rosilene de Santana Souza

Vivian Buonalumi Tacito Yugar

MAPA ESTRATÉGICO

DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

2021 -2026

MISSÃO

Garantir justiça para a paz social.

Aumentar a fonte do texto do lado direito, ficou muito desproporcional com os títulos

VISÃO

Ser reconhecido até 2026, como instituição que dialoga e presta serviços efetivos, ágeis e de qualidade aos jurisdicionados.

VALORES

Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental.

MACRODESAFIOS



SOCIEDADE

- ▶ Garantir direitos aos jurisdicionados
- ▶ Fomentar mediação de conflitos e reduzir litígios
- ▶ Fortalecer relações institucionais

PROCESSOS INTERNOS

- ▶ Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos
- ▶ Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno
- ▶ Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais
- ▶ Aprimorar a Governança Judiciária
- ▶ Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal
- ▶ Promover políticas e práticas de sustentabilidade ambiental

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- ▶ Capacitar e valorizar servidores e colaboradores
- ▶ Fortalecer a gestão de TIC
- ▶ Definir estratégia institucional para o pós-pandemia

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

- ▶ Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros
- ▶ Otimizar recursos orçamentários e financeiros
- ▶ Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à Capital

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

APRESENTAÇÃO

TJAC EM NÚMEROS

METAS DO JUDICIÁRIO

10¹²

12¹⁴

14¹⁸

18²³

RESULTADOS

INDICADORES DE DESEMPENHO

Perspectiva Sociedade	26	44
Perspectiva Processos Internos	29	
Perspectiva Aprendizado e Crescimento	34	
Perspectiva Sustentabilidade Financeira	38	

AÇÕES E RESULTADOS

Perspectiva Sociedade	42	
Perspectiva Processos Internos	50	
Perspectiva Aprendizado e Crescimento	56	
Perspectiva Sustentabilidade Financeira	64	

HOMENAGENS E PRÊMIOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

24⁴³

40⁴⁴

74⁷⁸

80⁸²

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Aproxima-se o encerramento da 29ª Gestão Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, concernente ao biênio 2021-2023.

Pelo compromisso profissional e institucional, cumprimos com o dever de apresentar o nosso relatório de gestão referente ao supracitado período.

Na estrutura técnica e textual, expomos uma síntese das ações desenvolvidas com os apontamentos dos principais resultados.

Evidenciamos, desta forma, que atendemos ao conceito de gestão aprovado no Planejamento Estratégico deste Poder, que preza pela visão de ser uma Instituição que dialoga, norteadas pelos valores de: Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental, que objetiva atender a sua Missão de garantir justiça para a paz social.

deixa em itálico o texto: garantir justiça para a paz social.

O momento é oportuno para agradecimentos e externar a satisfação que tivemos por compartilhar momentos exitosos junto a todos os Magistrados, Servidores, Colaboradores e Estagiários que juntos trabalharam para atender ao nosso Estado. Consagrando a responsabilidade de todas e todos ao longo deste biênio.

A felicidade por termos cumprido com a função, nos faz relevar desafios que nos pareceram tão perturbadores, a destacar a conjuntura adversa aos nossos sonhos e interesses, materializada em uma das maiores crises sanitárias da história recente da humanidade, a COVID-19. Entretanto, não foi maior que o nosso desejo de fazer o melhor pela justiça.

O conjunto das nossas ações nos permitiram, olhar o ponto de partida, comparar com a chegada e agradecer a Deus e a todos os colaboradores externos e aos demais Poderes constituídos, por termos condições de apresentar os resultados que seguem, com destaque para alguns que compõem o Plano de Gestão e o Planejamento Estratégico sendo: atendimento aos jurisdicionados, a revisão e fortalecimento dos processos internos, ampliação de recursos e melhoria da estrutura e, em especial, a valorização dos profissionais deste Poder.

Ressaltamos de forma pormenorizada, algumas que nos são caras a este Tribunal: os investimentos nas Políticas de Tecnologia; cumprimento dos compromissos com todos os servidores, os Planos...e vinculados a governança institucional: gestão de riscos, plano de integridade; acompanhamento sistematizado das operações orçamentárias e financeiras. *sevidoras...*

plano de logística sustentável, cadeia de valor

Políticas que nos engrandecem como profissionais e muito mais, como seres humanos. Foram mantidas e expandiram êxito: atendimento e cuidados às vítimas de violência, atendimento às mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e outros crimes, atenção à infância e juventude, acompanhamento permanente do serviço prisional e egressos.

O conjunto de ações nos renderam reconhecimento institucional, estivemos no pódio do ranking de transparência, mantivemos resultados dos indicadores dentro dos patamares de um Tribunal de pequeno porte.

Os compromissos assumidos foram perseguidos com a responsabilidade esperada. Estamos juntos para as jornadas vindouras. Sabemos que muito nos falta, mas salientamos que muito fizemos, o que ampliou as nossas forças e sonhos.

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre continua a trilhar seus caminhos, rogo para que todos mantenhamos os compromissos e que estejamos juntas e juntos, para perseguirmos a nossa visão: ser reconhecido como instituição que dialoga e presta serviços efetivos, ágeis e de qualidade aos jurisdicionados.

e todas

Colocar a visão em itálico: ... ser reconhecido....

Desembargadora Waluizene Cordeiro
Presidente do TJAC 2021-2023

...a todos(as) os(as) Magistrados(as), Servidores(as), Colaboradores(as) e Estagiários(as)...

essa forma de escrever é uma determinação do CNJ Resolução 376/2021

todos(as) colaboradores(as)

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Resultados 2021-2023, tem a finalidade de demonstrar, de forma resumida, algumas realizações conduzidas pela Alta Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Os resultados do Plano de Gestão 2021/2023, concretizam, de forma alinhada ao Plano Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Estado do Acre 2021-2026, ações que priorizaram a celeridade processual, a promoção da governança ágil e da transformação digital do Poder Judiciário por meio de serviços e soluções digitais que impulsionam a evolução tecnológica; levando serviços de acesso à justiça para a sociedade, com segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC.

O Plano de Gestão 2021-2023 foi elaborado sob orientação do Plano Estratégico do TJAC para o período de 2015-2020 e posteriormente, amparado pelo novo Plano Estratégico do TJAC – PE 2021-2026, aprovado pela Resolução TPADM nº 259, de 28 de junho de 2021. O processo de elaboração do PE 2021-2026 foi conduzido pelo Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia e pela Comissão de Estudos para Elaboração do Planejamento Estratégico 2021/2026. À época, a equipe de elaboração do PE do TJAC utilizou-se de metodologia participativa e buscou ouvir representantes de todos os segmentos da Sociedade.

Por meio de consultas realizadas em todas as comarcas, onde 35% dos servidores e servidoras participaram diretamente do processo; e junto a parceiros e colaboradores, foram ouvidas 27 instituições da sociedade civil e 6 instituições operadoras do Direito, foi possível coletar sugestões de ações e

2021-2023

Poder Judiciário, por meio..

2021-2026

Estratégia
iniciativas que pudessem contribuir para a implementação da estratégia. Essa ação foi primordial para que os servidores e servidoras do TJAC se reconheçam partícipes da definição dos objetivos estratégicos institucionais.

Para a definição desses objetivos, o PE 2021-2026 observa as políticas voltadas à concretização da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, para o mesmo período, ao considerar o conteúdo temático dos Macrodesafios do Poder Judiciário. Numericamente, o PE 2021-2026 é composto por quatro perspectivas; 15 objetivos estratégicos; 21 indicadores estratégicos estão atualmente estabelecidos para mensurar a execução da estratégia. **Estratégia**

No contexto das Metas Nacionais, o estabelecimento de metas institucionais para os Órgãos do Poder Judiciário, capitaneado pelo CNJ, tornou-se poderosa ferramenta de gestão e vem consolidando-se no Poder Judiciário desde 2009.

Este Relatório de Gestão apresenta de forma objetiva e visual, por meio de infográficos, o funcionamento e os principais resultados do TJAC. As Metas Nacionais alcançadas pelos TJAC no período de 2021 e 2022 (até out) disponibilizadas no Painel Estatística das Metas do TJAC, disponibilizadas na intranet e internet < <https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparência/estatística/metastatísticas-nacionais/> >; os Indicadores de Desempenho para os anos de 2021 e 2022 (até set), e ainda, as principais ações e respectivos resultados alcançados pelas Unidades Administrativas do TJAC.

alterar : até set; para: (até nov)

21 indicadores de desempenho

retirar o texto: até out, os dados já estão consolidados

1

TJAC

EM NÚMEROS





sugiro os seguintes ícones para despesas correntes: um carrinho de
almojarifado, como não dá pra colocar a foto, inclui o link de uma figura:
https://www.flaticon.com/br/icone-gratis/estoque_3176088

despesas de capital: uma usina fotovoltaica ou um prédio
<https://www.gratispng.com/png-y0n2a9/>

TJAC EM NÚMEROS

Este item aborda aspectos relacionados à população jurisdicionada, aos recursos físicos, financeiros e de pessoal, dados referentes ao ano de 2021¹.

...aos anos de 2021 e 2022.
retirar a nota de pé de página

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

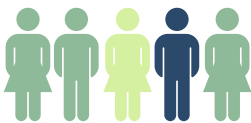
Área territorial do estado do Acre: 164.173,431 km²



sugiro que tire esse ícone e deixe a
informação como texto, só para
referência

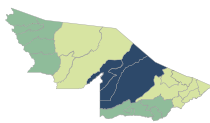
Área

164.173,431 km²



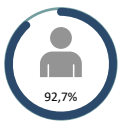
População
estimada (2021)

906.876 pessoas



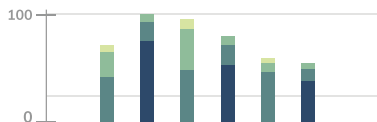
Municípios sede
de unidades judiciárias

18



População (%) em municípios
que sediam unidade judiciária

92,7%



Classificação do TJAC segundo
o porte, ano-base 2021

Pequeno

retirar: ano-base 2021



Casos novos
(por 100.000 habitantes)

5.646

| Média nacional: 8.094 |

trocar o número: 6.950
inserir: ano-base 2021 após o número de casos
Média nacional: 9.179



Magistrados
(por 100.000 habitantes)

7

| Média nacional: 6 |

Inserir: ano-base 2021,
após o número 7

RECURSOS FINANCEIROS 2021 e 2022 ²

retirar a nota de pé de página

2021



Despesa total:

R\$ 351.001.161,70



Despesa com recursos humanos:

R\$ 295.391.612,95 (84,2%)



Despesas correntes:

R\$ 47.146.670,74 (13,4%)



Despesas de capital:

R\$ 8.462.878,01 (2,4%)

2022

Despesa total:

R\$ XXX 426.572.364,22

Despesa com recursos humanos:

R\$ XXX (XXX%) 309.272.885,74 (72,5%)

Despesas correntes:

R\$ XXX (XXX%) 78.593.343,34 (25,4%)

Despesas de capital:

R\$ 8XXX (XXX%) 38.706.135,14 (49,2%)

RECURSOS HUMANOS

incluir o texto: situação em dez de 2022



SERVIDORES (AS)
1.418



MAGISTRADOS (AS)
64 79



COLABORADORES (AS)
86

Efetivos: (as) 1.095
Requisitados: (as) 72
Sem vínculo: 171
Cedidos: 23

2º grau: 11
1º grau: 68 53

Juízes leigos: (as) 12
Conciliadores: (as) 17
Estagiários: (as) 57

SERVIDORES NA ÁREA FIM

retirar esse item, não consegui confirmar essa informação

No TJAC, cerca de 81% do quadro efetivo atua exclusivamente na área finalística do Tribunal. Esse percentual corresponde a um total de 1.120 servidores, a maior parte (90%) vinculada ao 1º grau de jurisdição.

RETIRAR



2



METAS DO JUDICIÁRIO

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

**2021**

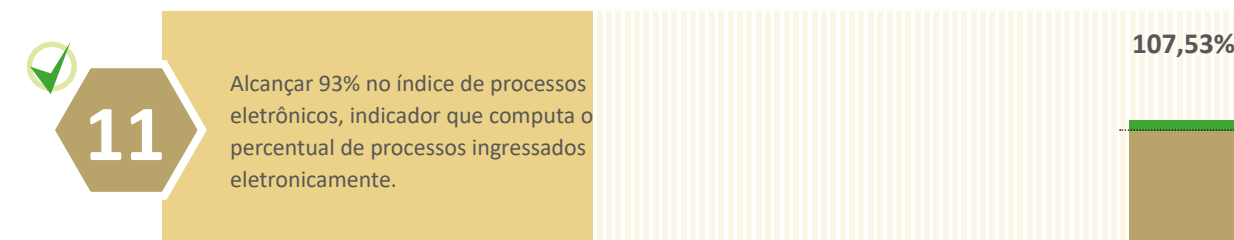
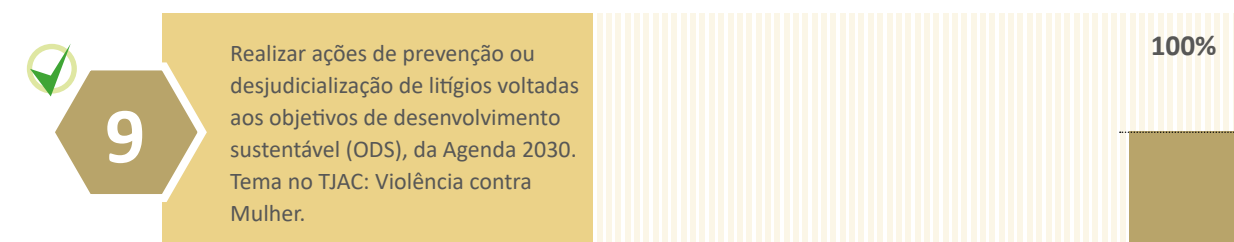
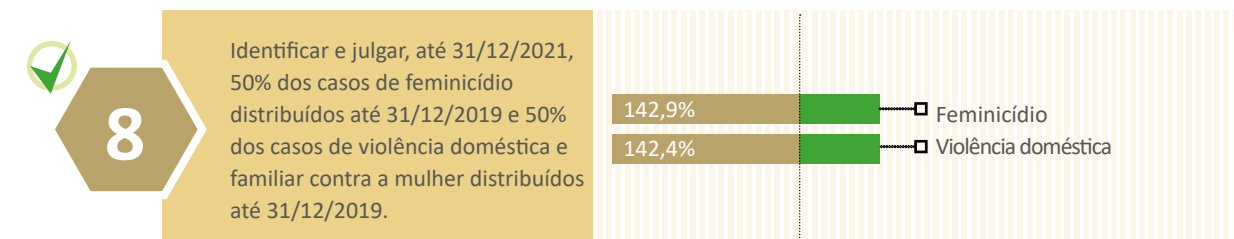
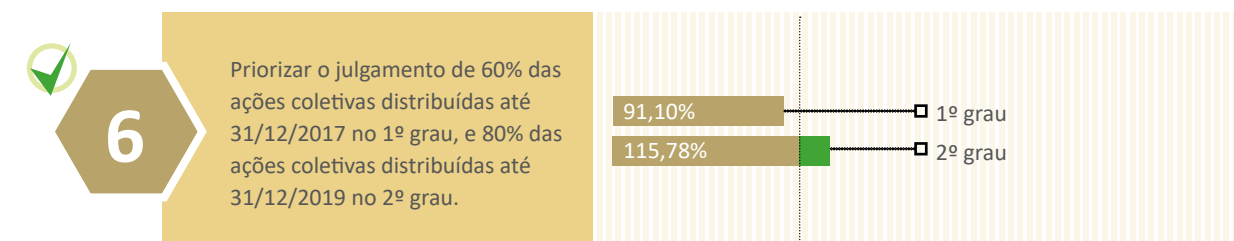
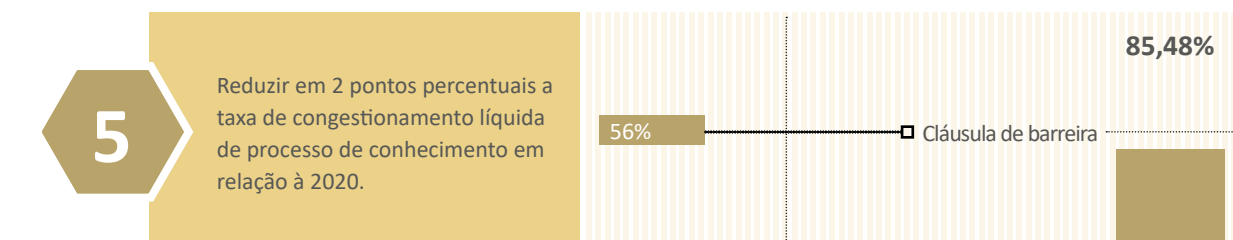
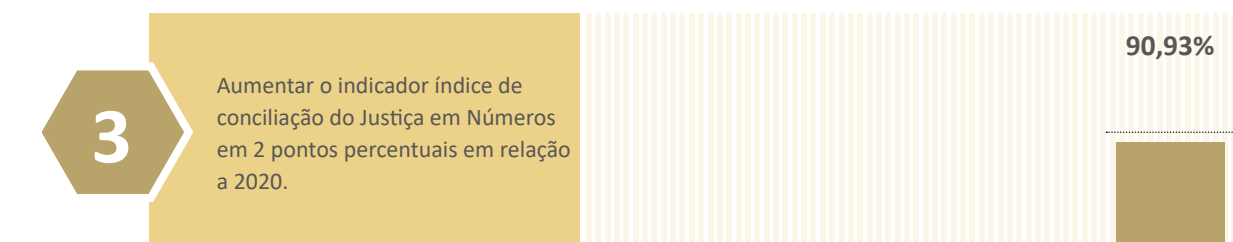
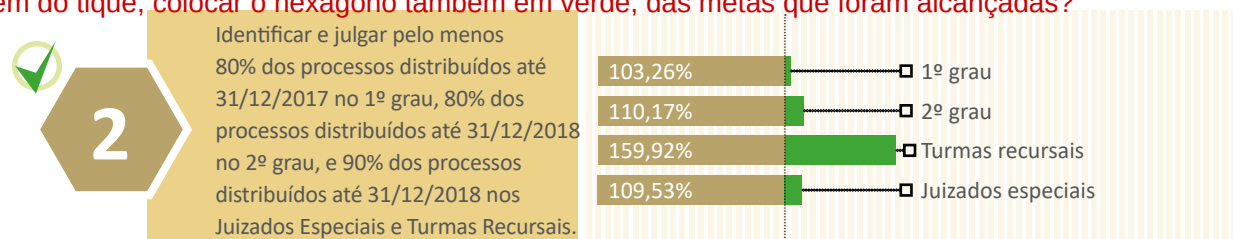
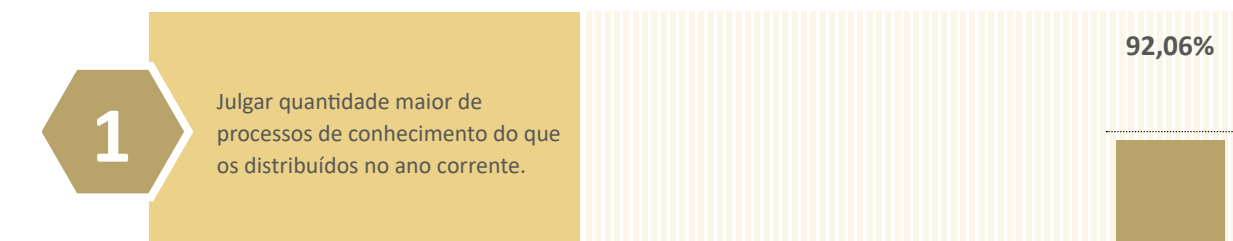
penso que poderia dar mais destaque as metas que foram alcançadas

Percentual de cumprimento

Percentual de cumprimento

além do tique, colocar o hexágono também em verde, das metas que foram alcançadas?

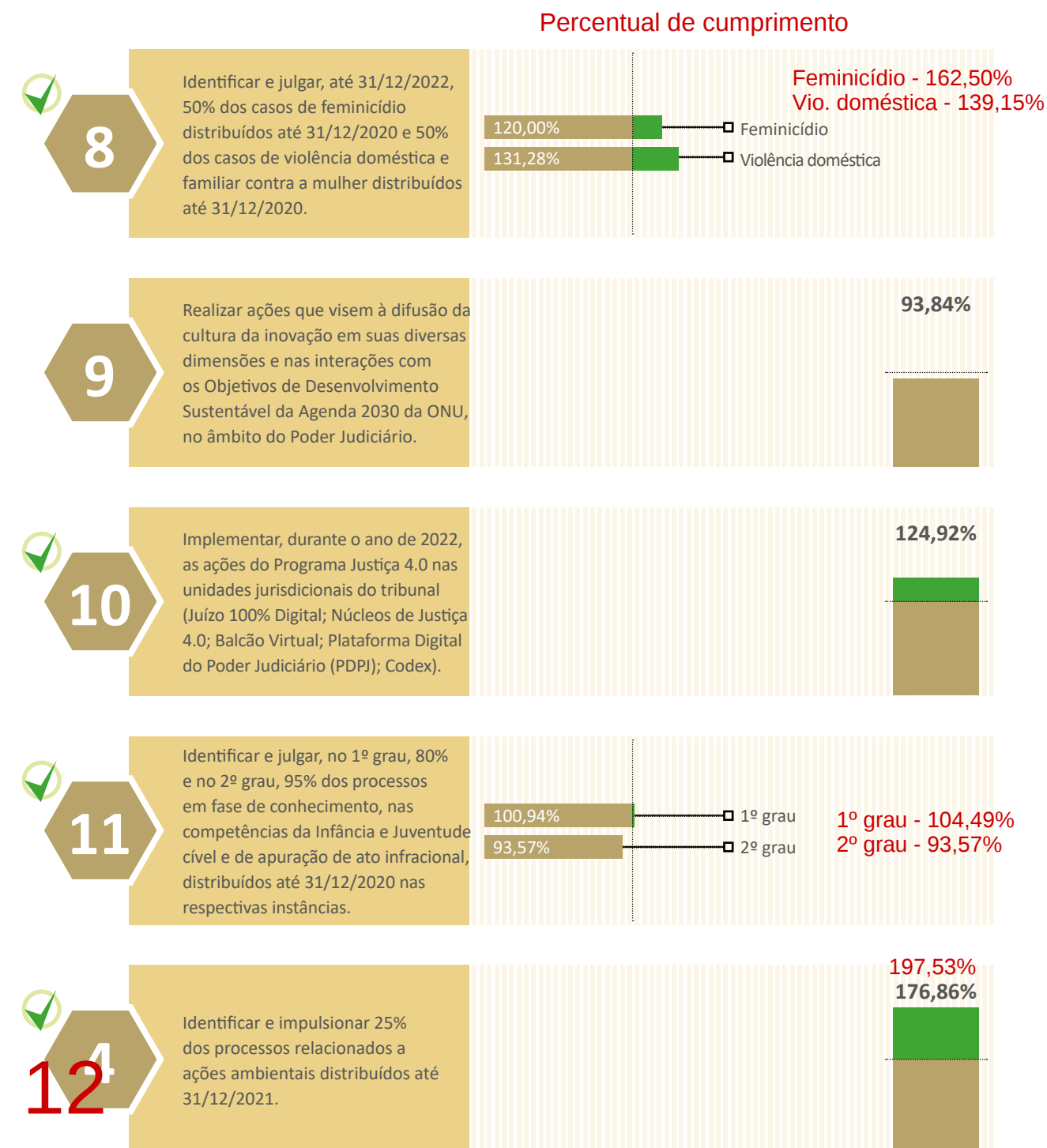
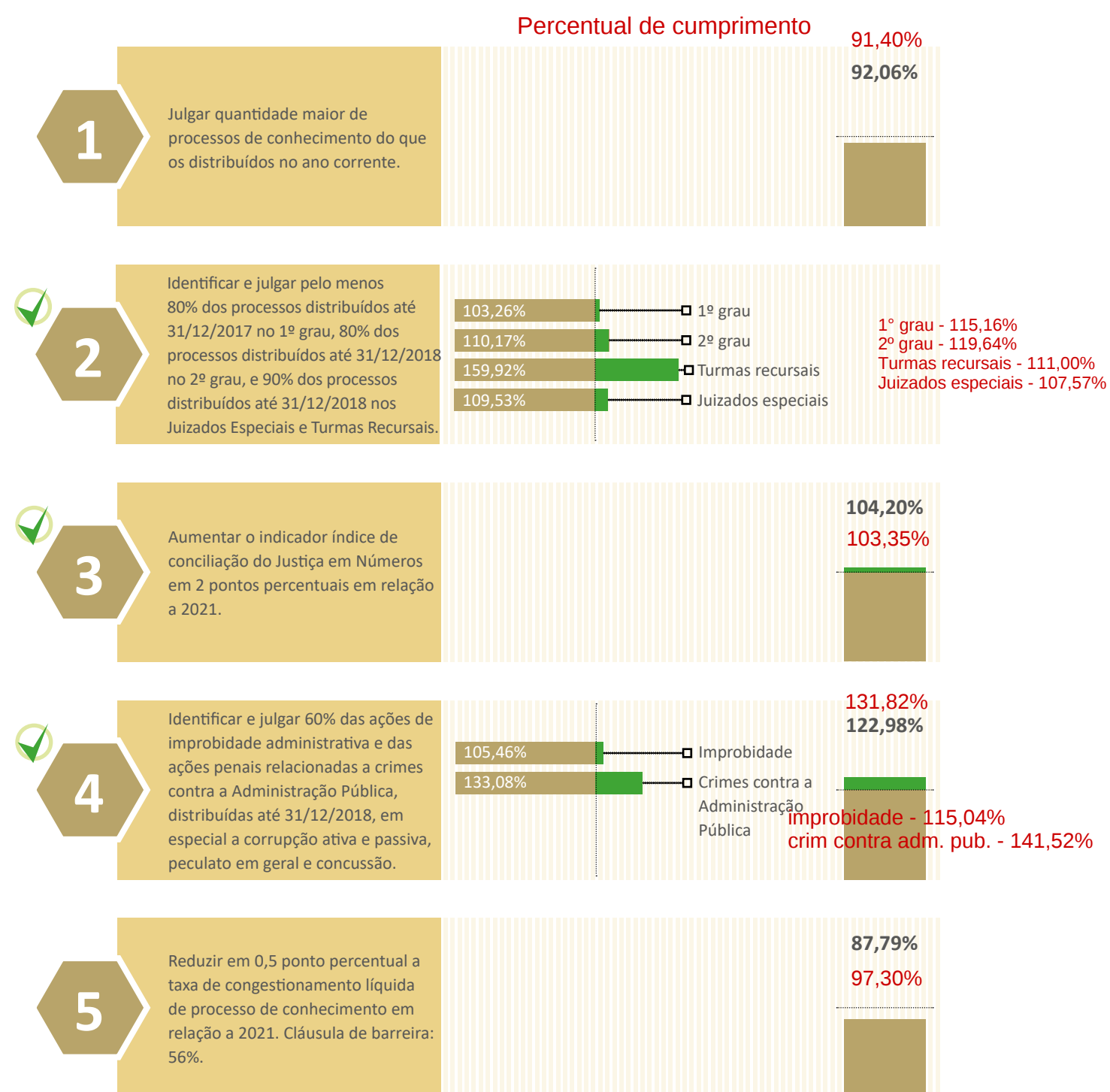
pode centralizar todos os gráfico nesse campo amarelo claro



META CUMPRIDA



2022



META CUMPRIDA

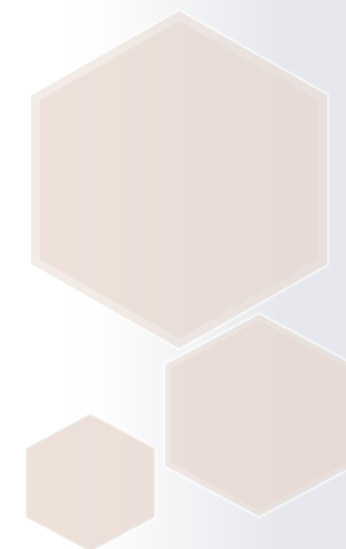
OBS.: A Meta 6 foi excluída em 2022. Metas 10 e 11 são novas metas para o ano de 2022.

- A Meta 6 foi excluída em 2022. Metas 10 e 11 são novas para o ano de 2022.

retirar a parte repetida



3



RESULTADOS

INDICADORES DE DESEMPENHO



PERSPECTIVA

Sociedade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável;
- Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual;
- Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Índice de Acesso à Justiça (IAJ);
- Índice de conciliação.
- Pesquisa de avaliação do poder Judiciário;
- Índice de Transparência.

ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA (IAJ)

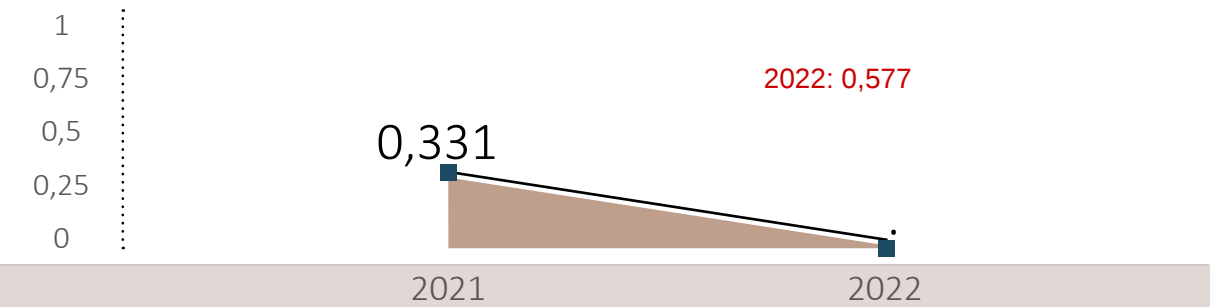
Busca medir o acesso à justiça, pensado a partir de três tipos de capitais (Cidadania, População e Judiciário), desmembrados em dimensões (direitos e deveres, vulnerabilidade e acesso a serviços públicos; perfil e dinâmica demográfica; e padrão de resolução de conflitos, distribuição e acesso a serviços públicos e inovação tecnológica).

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ampliar em 0,25 ao ano, o Índice de Acesso à Justiça, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 0,331. Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 0,331 e para o ano de 2022, 0,381.

Em 2021, o resultado foi divulgado pelo CNJ em fevereiro de 2021. Os dados para o ano de 2022 não foram disponibilizados. O Índice de Acesso à Justiça poderá servir como um instrumento de medição espacial e temporal e permitir aos gestores públicos do Poder Judiciário a tomada de decisões sobre os próprios aspectos, no que se refere a regras e procedimentos organizacionais.

VERIFICAR OS NOVOS GRÁFICOS NO DOC EM WORD

Índice de Acesso à Justiça do TJAC



Fonte: CNJ, 2021. 2022.

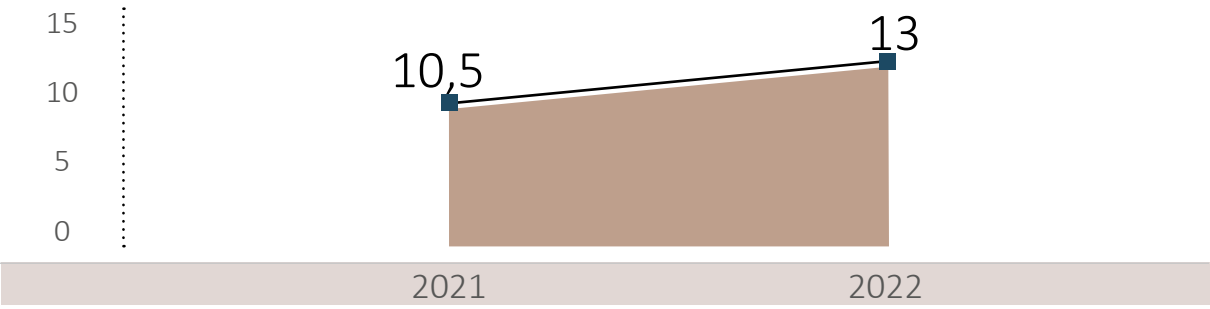
ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

Indica o percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças, conforme fórmulas e glossários da Resolução CNJ nº 76. São consideradas as sentenças de todas as fases (conhecimento e execução), bem como de todas as instâncias.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de alcançar, gradualmente, o percentual de 15%, até 2026, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 9,1%. Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 10% e para o ano de 2022, 11%. Em ambos os anos a meta foi alcançada, embora o resultado para o ano de 2022, pela tendência, vai apresentar avanço, pois os dados referem-se até o mês de outubro.

A principal vantagem da conciliação é a possibilidade de resolver o conflito de forma mais rápida, menos onerosa e menos desgastante. Outro ponto é que a resolução costuma ser considerada mais justa, já que os próprios envolvidos a constroem.

Índice de Conciliação do TJAC



Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metadados-2022/> Atualizado até 26/10/2022.

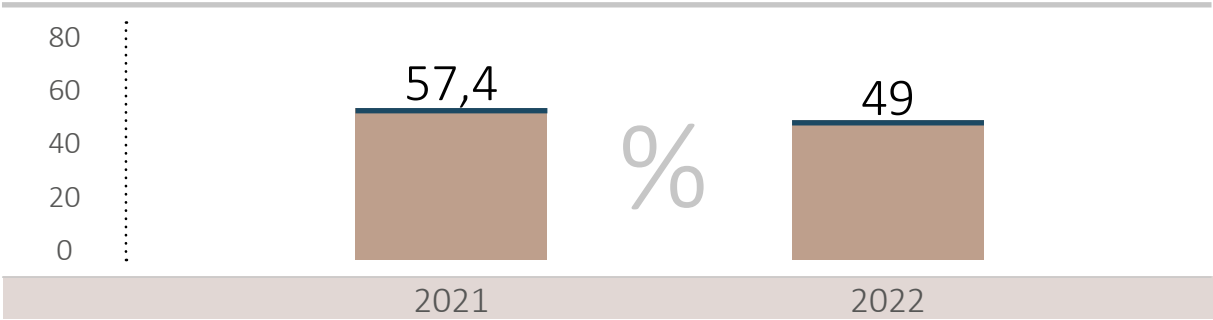
PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

A pesquisa é realizada com a sociedade e com os jurisdicionados, por meio de questionário, a fim de captar a satisfação dos usuários da Justiça (advogados, jurisdicionados, público em geral) quanto aos serviços prestados (atendimento no cartório; agilidade da tramitação processual; sistemas informatizados).

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de ter, no mínimo, 40% das respostas considerando os serviços prestados pelo TJAC como ótimo e bom. Para o ano de 2021, 57,4% dos respondentes consideraram os serviços prestados como ótimo e bom; em 2022, foram 49% dos consultados.



% de respostas com ÓTIMO e BOM na avaliação do Poder Judiciário do Estado do Acre



Fonte: Pesquisas virtuais coordenadas pela DIGES em 2021 e 2022.

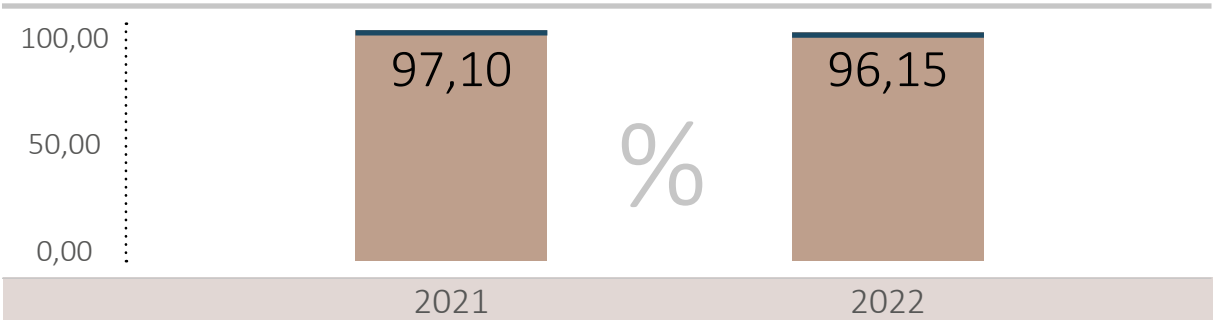
ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Mede o quanto das informações da Instituição está disponível à Sociedade, de forma clara e padronizada, facilitando o acesso aos cidadãos. O valor do índice é medido por meio do percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ 215/2015, alterado pela Resolução CNJ 260/2018.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de manter o TJAC entre as 3 melhores posições dentre os tribunais de justiça estaduais.

Em 2021, o TJAC alcançou 97,10% da pontuação total do Ranking da Transparência, classificando-se em 3º lugar entre os 27 tribunais de justiça estaduais; em 2022, alcançou 96,15% da pontuação total, recebeu pontuação máxima em 81 itens dos 84, classificando-o em 10º lugar. Embora em 2022, tenha caído 7 posições no ranking, não alcançando a meta estipulada; a pontuação diminuiu apenas 0,95% de um ano para o outro, demonstrando que foi mantido o mesmo nível técnico.

% do TJAC no Índice de Transparência



Fonte: <<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>>

PERSPECTIVA

Processos Internos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas;
- Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público;
- Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição;
- Potencializar o processo de inovação à governança judiciária;
- Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento;
- Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Índice de atendimento à demanda no 1º grau;
- Índice de atendimento à demanda no 2º grau;
- Índice de Atendimento à Demanda (IAD);
- Taxa de Congestionamento Líquida;
- Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos 'Governança' e 'Qualidade da Informação';
- Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus);
- Taxa de Encarceramento
- Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS).

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO 1º GRAU

O índice consiste no percentual de processos baixados pela unidade judiciária em relação aos casos novos, ou seja, mede se há formação de estoque, indicando a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador

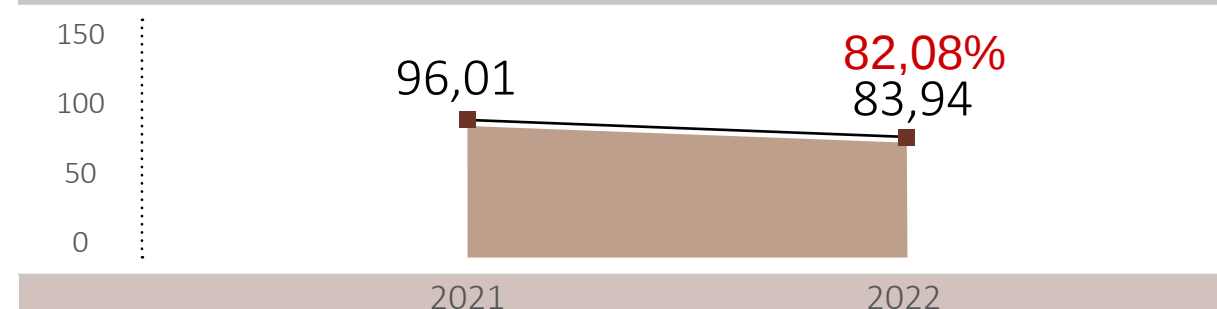
atinge o valor igual ou superior a 100%. A métrica do indicador consiste em computar processos de 1º grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD) no 1º grau.

Em 2021, a meta ficou muito próxima de ser alcançada, 96,01%, indicando que, mesmo que pequeno, houve formação de estoque de processos; para 2022, os dados referentes ao período até o mês de agosto, apresenta 83,94%.

outubro 82,08%

Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau do TJAC



Fonte: <<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>>. Atualização em 31/08/2022.
31/10/2022.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO 2º GRAU

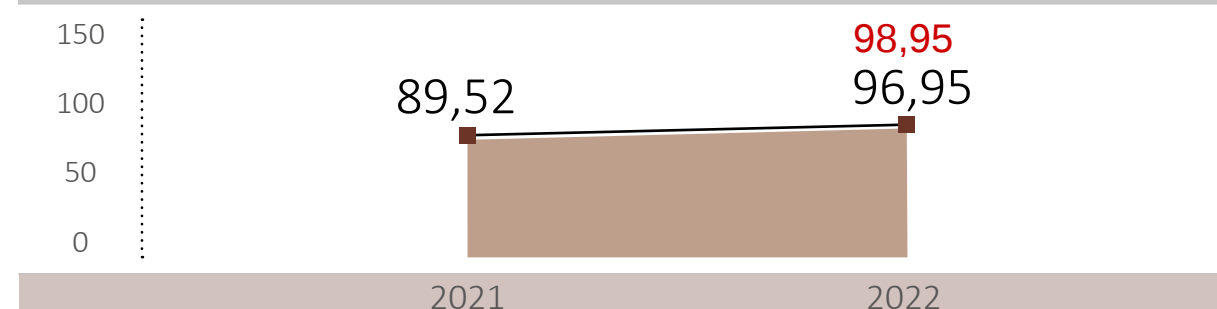
O índice consiste no percentual de processos baixados pela unidade judiciária em relação aos casos novos, ou seja, mede se há formação de estoque, indicando a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. A métrica do indicador consiste em computar processos de 2º grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD) no 2º grau.

Em 2021, a meta não foi alcançada, 89,52%, indicando que houve formação de estoque de processos; para 2022, os dados referentes ao período até o mês de agosto, apresenta 96,95%, bem próximo de alcançar a meta estipulada para o ano.

outubro 98,59%

Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau do TJAC



Fonte: <<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>>. Atualização em 31/08/2022.
31/10/2022

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA (IAD)

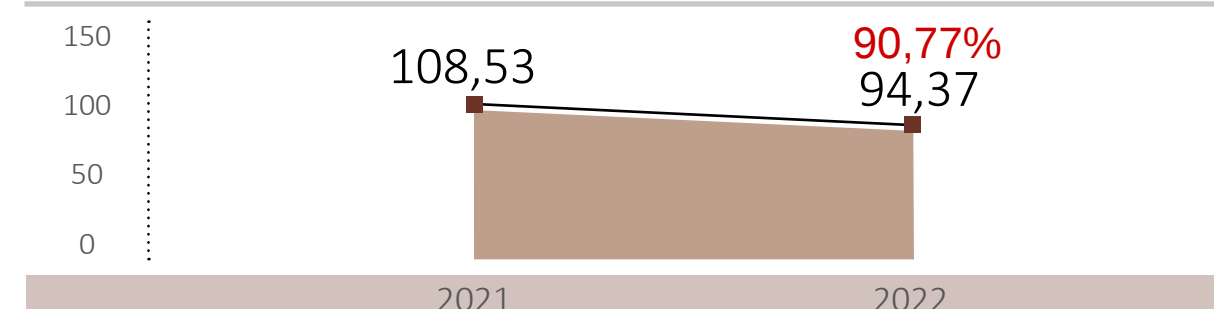
O índice indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computa os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD).

Em 2021, a meta foi alcançada, 108,53%; para 2022, os dados referentes ao período até o mês de agosto, apresenta 94,37%, próximo de alcançar a meta estipulada para o ano.

outubro 90,77%

Índice de Atendimento à Demanda do TJAC



Fonte: <<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>>. Atualização em 31/08/2022.
31/10/2022

TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA

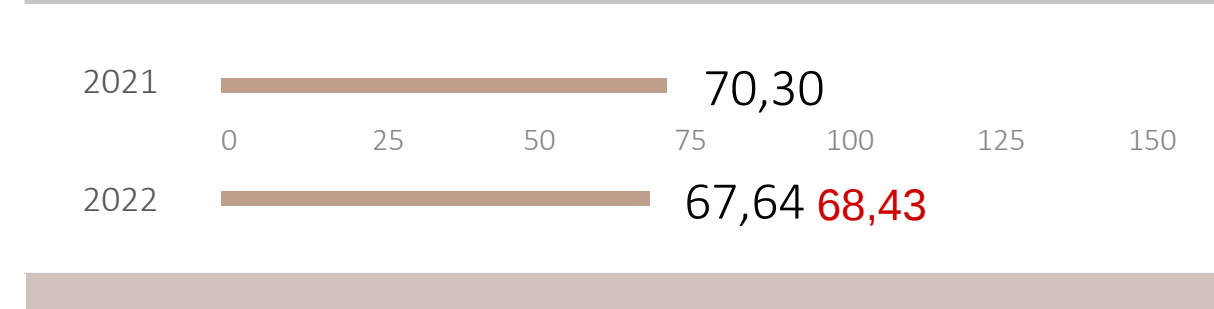
O índice indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceram em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. São computados os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de reduzir para 50% ao ano, a taxa de congestionamento líquida, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 51,62%.

Em 2021, a meta foi superada, 70,30%; para 2022, os dados referentes ao período até o mês de agosto, também já superaram a meta para o ano, já alcançou 67,64%.

outubro 68,43%

Taxa de Congestionamento Líquida no TJAC



Fonte: <<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>>. Atualização em 31/08/2022.
31/10/2022

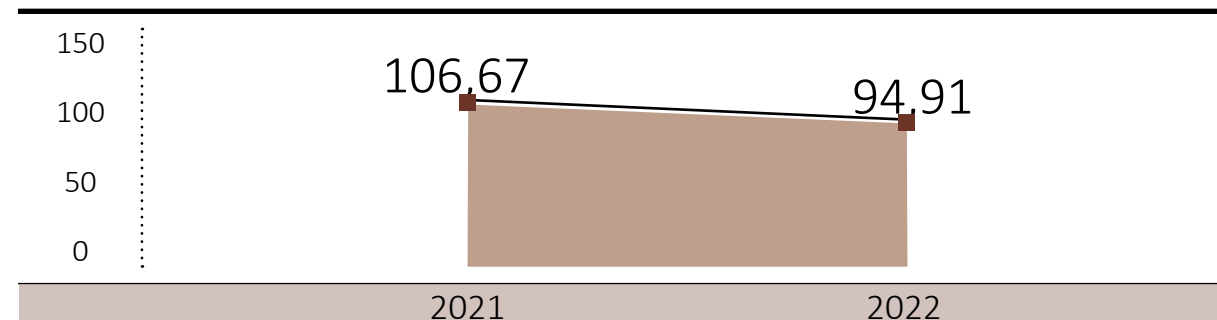
ÍNDICE DE DESEMPENHO NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS 'GOVERNANÇA' E 'QUALIDADE DA INFORMAÇÃO'

O índice indica o percentual da pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia", conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de aumentar, gradativamente, o Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos Governança e Dados e Tecnologia em 5,0% até o ano de 2026, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 67,59%.

Em 2021, a meta foi estipulada em 67,59%; e para 2022, foi de 68,59%. No ano de 2021 a meta foi superada em 106,67%, pois foi alcançado o índice ~~alcançado foi~~ ^{Em 2022, o} de 72,1%. O percentual de cumprimento em relação à meta estipulada foi de 94,91%, pois o índice alcançado foi de 65,1%.

% do alcance do Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos 'Governança' e 'Qualidade da Informação'



Fonte: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cn-j-de-qualidade/resultados-premiocnj/2021-2/>

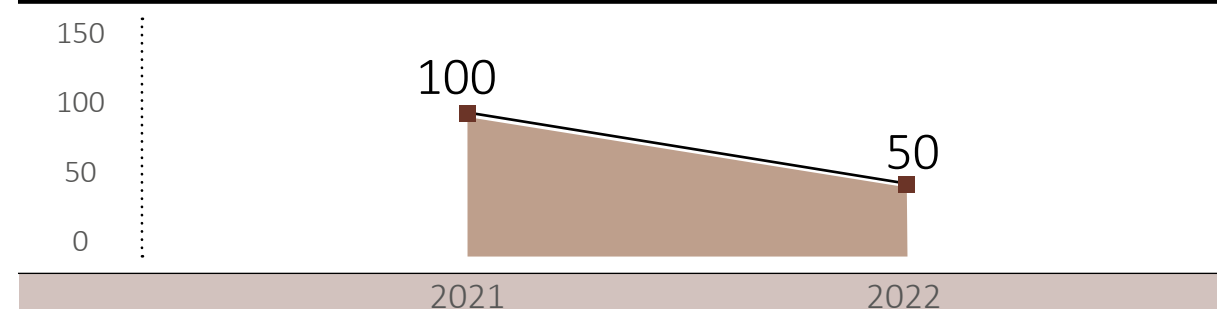
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DO PODER JUDICIÁRIO (IPC-JUS)

Este indicador compara os tribunais de determinado ramo da Justiça a partir de parâmetros de produtividade definidos com base nas variáveis informadas no Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ). Trata-se de uma metodologia de análise de eficiência que compara o resultado de cada tribunal em vista de sua produtividade. Avalia o quanto o tribunal conseguiu baixar em um ano, considerando seu fluxo processual (total de processos baixados), além dos recursos financeiros e humanos disponíveis (despesa do tribunal - exceto gastos com inativos, número de servidores(as) efetivos(as), requisitados(as) e comissionados(as), número de magistrados(as) e total de processos em tramitação).

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo de 95% no IPC-JUS, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 100%.

Em 2021, a meta foi superada, alcançando o percentual de 100%. Já em 2022, houve uma baixa significativa neste percentual: 50%.

Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) no TJAC



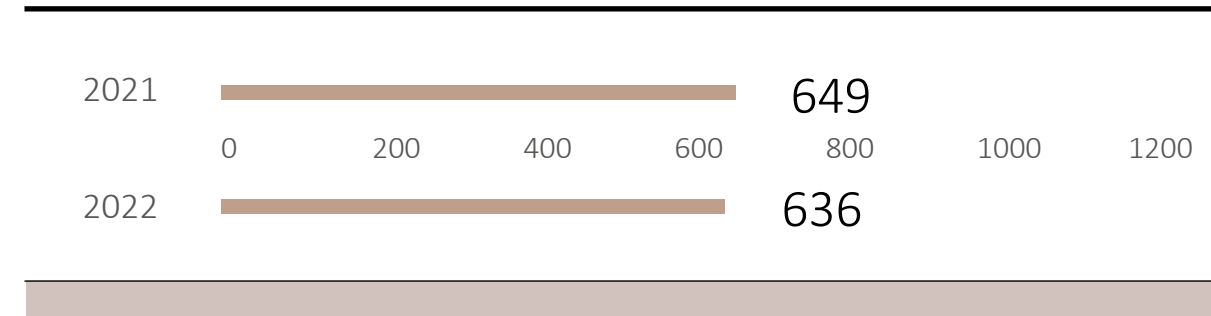
Fonte: Justiça em Números 2022.

TAXA DE ENCARCERAMENTO

Este indicador contabiliza o total de presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes. A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de reduzir em 10% a Taxa de Encarceramento até 2026, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 666 presos por 100 mil habitantes. Sendo estipulada a meta para o ano de 2021 de 655 presos por 100 mil habitantes; e para o ano de 2022, 644 presos por 100 mil habitantes.

Em 2021, o valor apresentado foi o de 649 presos por 100 mil habitantes, superando a meta ^{em} 101%; e no ano de 2022, com dados parciais (janeiro a julho) a meta também já foi superada, alcançando o percentual de 101,3%. Embora a meta venha sendo alcançada, a Taxa de Encarceramento do Acre é um pouco mais que o dobro da nacional.

Taxa de Encarceramento do Estado do Acre



Fonte: SISDEPEN, disponível em nov. 2021. ²⁰²²

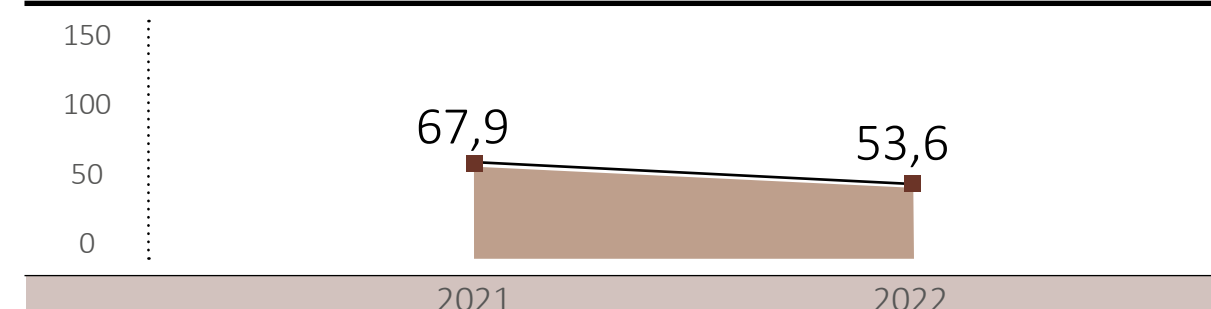
ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE (IDS)

Este indicador sintético é resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n.º 400/2021. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do "Balanço Socioambiental do Poder Judiciário", produzido pelo DPJ/CNJ.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de manter-se entre as 3 melhores posições dentre os tribunais de justiça estaduais, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 67,3%, posicionando o TJAC em 2º lugar entre os TJ Estaduais.

Em 2021, a meta foi superada, alcançando o percentual de 67,9%, posicionando o TJAC em 2º lugar no ranking entre os 27 tribunais de justiça estaduais. Em 2022, houve uma baixa significativa no posicionamento no ranking ficando em 11º lugar, com 53,6%. Ressalta-se que a vigência da nova Resolução CNJ n.º 400/2021 iniciando no meio do exercício, trouxe várias ^{inconsistências} na forma de mensurar alguns indicadores e a fórmula de cálculo deste índice deixou de contemplar alguns indicadores, perdendo o referencial comparativo de um ano para o outro, interferindo na tendência da série de dados.

Índice de Desempenho de Sustentabilidade do TJAC



Fonte: 5º e 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário (CNJ, 2021 e 2022).



PERSPECTIVA

Aprendizado e Crescimento

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica;
- Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ conforme resoluções do CNJ;
- Elaborar proposta de organização e funcionamento pós pandemia.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV);
- Índice de Absenteísmo;
- Índice de Satisfação Interna;
- Índice de capacitação de magistrados(as);
- Índice de capacitação de servidores(as);
- Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD);
- Percentual de comarcas do TJAC com PJe implantado.

PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (PRQV)

Indica o percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

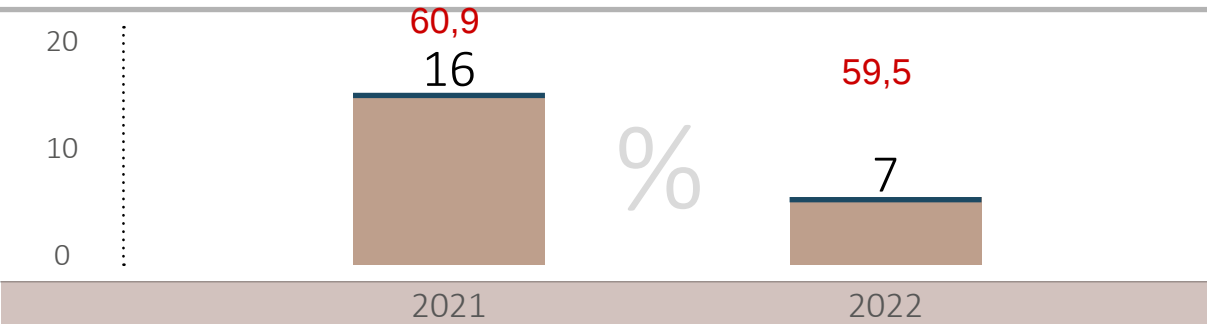
A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ampliar em 2%, a cada ano, de forma cumulativa o percentual de participação em ações de qualidade de vida no trabalho, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 9,66%. Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 11,5% e para o ano de 2022, 13,5%.

Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 16%, demonstrando que foram promovidas muito mais ações de qualidade de vida, como também um maior engajamento por parte dos servidores(as) e magistrados(as). Em 2022, alcançaram 7%, devido à pandemia foi considerado como parâmetro.

Em 2021, a meta não foi alcançada, o resultado alcançado: 7%, atingiu 60,9% da meta estipulada para o ano, o que pode ter sido reflexo da Pandemia. Em 2022 o resultado alcançado foi de 8%, representando um grau de cumprimento de 59,5% em relação à meta estipulada para o ano.

verificar que o gráfico foi totalmente alterado

Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV)



Fonte: DIPES, set. 2022.

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

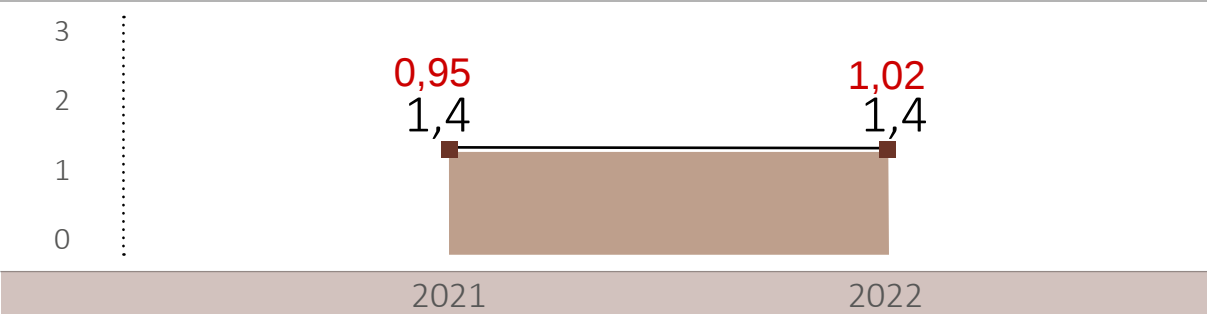
Este indicador mede o percentual de ausências de magistrados(as) e servidores(as) (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de manter o índice de absenteísmo até 2026, menor que 3%, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2019: 2,9%, considerando que 2020 devido à pandemia foi considerado como parâmetro.

O resultado para o ano de 2021 foi de 1,4% e em 2022, dados até setembro, também indicam o valor de 1,4%, superando, no período, as metas estipuladas.

O resultado para o ano de 2021 foi de 0,95% e em 2022, foi alcançado o percentual de 1,02%, superando, no período, as metas estipuladas.

Índice de Absenteísmo-Saúde do TJAC



Fonte: DIPES, set. 2022.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO INTERNA

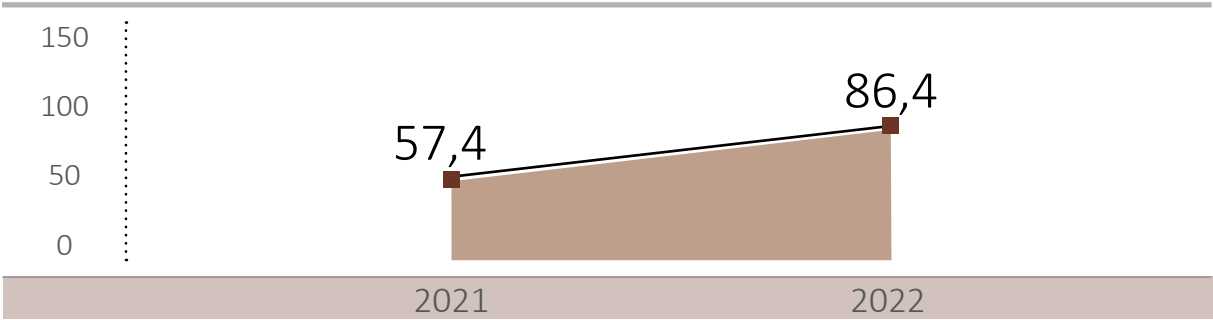
Este indicador mede, por meio de questionário, a satisfação dos magistrados(as) e servidores(as) no período de 1 ano, trata-se de pesquisa a ser realizada com magistrados(as) e servidores(as), a fim de captar a percepção quanto a satisfação e o clima organizacional dentro do Tribunal de Justiça.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ter mais de 57% das respostas considerando os serviços e condições de trabalho no TJAC como ÓTIMA e BOA, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2021: 57,4%.

Em 2021, a meta foi alcançada e serviu de parâmetro para iniciar a série histórica do indicador. Em 2022 o resultado da pesquisa apresentou que 86,4% responderam com ÓTIMO e BOM.



Índice de Satisfação Interna no TJAC



Fonte: DIPES, out. 2022.

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS

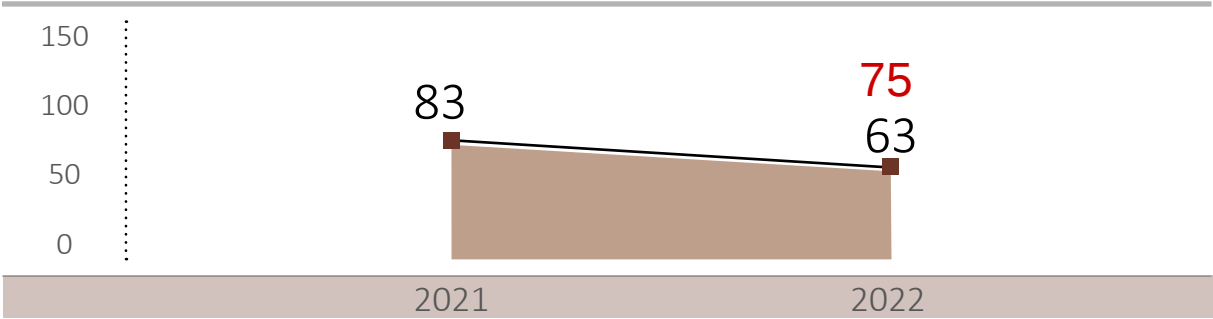
Este indicador apresenta o percentual de magistrados(as) capacitados(as) (participantes que concluíram, ao menos, um curso de capacitação) em relação ao total de magistrados(as).

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi manter percentual maior que 50% no índice de capacitação de magistrados(as) até 2026, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 84%.

Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 83%, demonstrando que foi significativa a quantidade de magistrados(as) que participaram de capacitações promovidas pelo TJAC. ~~Os dados referentes a 2022 já alcançaram 63% até o mês de setembro, indicando que ainda há verba aumento deste percentual até o final do exercício, mas já foi superada a meta projetada para 2022.~~

Em 2022 foi alcançado o percentual de 75% superando a meta projetada para o ano.

Índice de Capacitação de Magistrados(as) do TJAC



Fonte: Esjud, 2022.
Fonte: DIPES, set. 2022.

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E SERVIDORAS

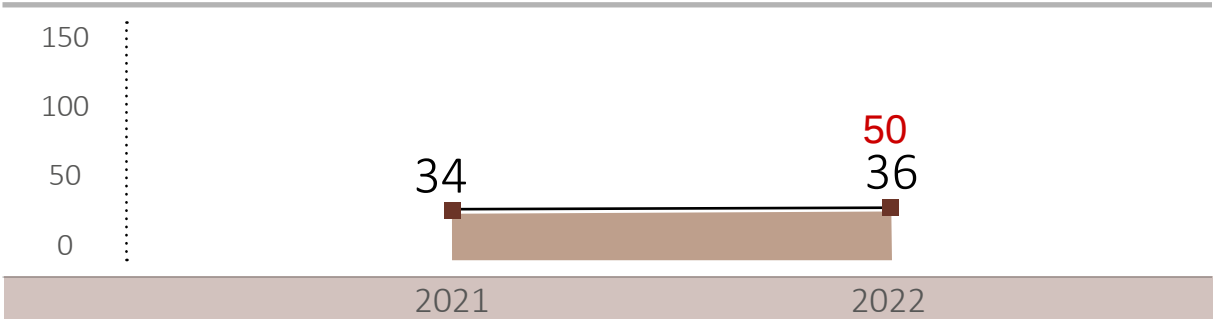
Este indicador apresenta o percentual de servidores(as) capacitados(as) (participantes que concluíram curso de capacitação) em relação ao total de servidores(as).

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi manter percentual maior que 20% no índice de capacitação de servidores(as) até 2026, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 15%.

Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 34%, demonstrando que foi significativa a quantidade de servidores(as) que participaram de capacitações promovidas pelo TJAC. ~~Os dados referentes a 2022 já alcançaram 36% até o mês de setembro, indicando que ainda há verba aumento deste percentual até o final do exercício, mas já foi superada a meta projetada para 2022.~~

Os dados referentes a 2022 corresponderam a 50%, superando meta projetada para o ano.

Índice de Capacitação de Servidores(as)



Fonte: DIPES, set. 2022.

Fonte: Esjud, 2022.

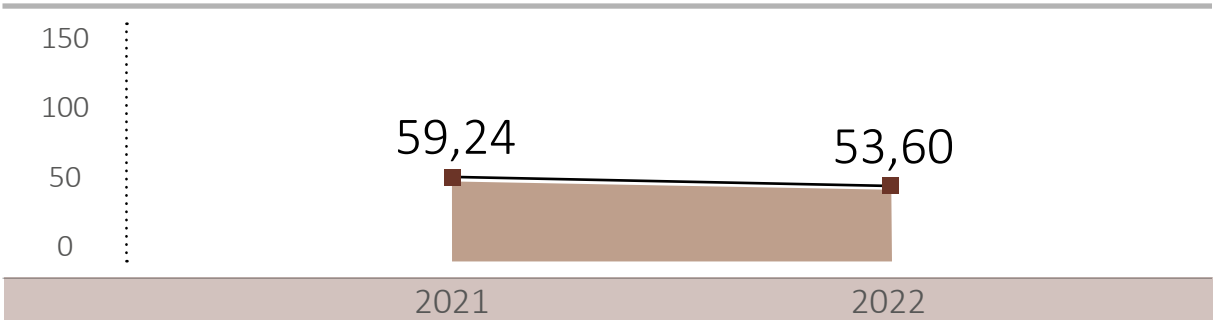
ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (IGOV-TIC-JUD)

Este índice refere-se à pontuação alcançada na apuração do iGovTIC-Jud, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ, desenvolvido com o propósito de identificar, avaliar e acompanhar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de classificar-se, a cada ano, entre os 10 primeiros TJ Estaduais no iGovTIC-JUD, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 0,72%, classificando em 19º lugar.

Em 2021, a meta não foi alcançada, o resultado foi de 59,24%, classificando o TJAC na 22ª posição do ranking entre os 27 tribunais de justiça estaduais. Os dados referentes a 2022 alcançaram o valor de 53,60% até o mês de setembro, posicionando o TJAC na 25ª posição, podendo ainda, melhorar esta posição, considerando que os dados se referem somente a 9 meses do ano em curso. Nos dois anos, os valores alcançados classificam a Instituição com o nível de maturidade SATISFATÓRIO.

iGov-TIC-JUD no TJAC



Fonte: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>. Acessado em: 17/11/2022.



PERSPECTIVA

Sustentabilidade Financeira

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação;
- Reduzir custos operacionais da Instituição;
- Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD);
- Índice de execução das dotações para projetos (IEP);
- Percentual de Comarcas do TJAC com PJe implantado.

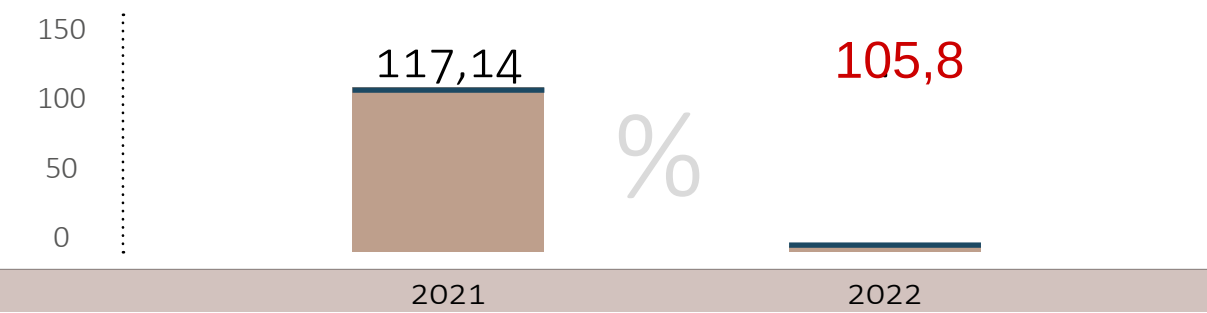
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (IEDD)

Indica o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinadas às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de ampliar em 2% até 2026, o índice de execução das despesas discricionárias, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 64,01%. Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 64,01% e para o ano de 2022, 64,41%.

Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 74,98%, demonstrando que a elaboração do orçamento levou em conta as prioridades institucionais, com grau de cumprimento de 117,14%. ~~Os dados para o ano de 2022 só estarão disponíveis com o encerramento do exercício fiscal.~~
Os dados referentes a 2022 foi de 68,17%, com grau de cumprimento de 105,8%, superando a meta projetada para 2022.

% de cumprimento do índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD)



Fonte: DIGES, 2021.

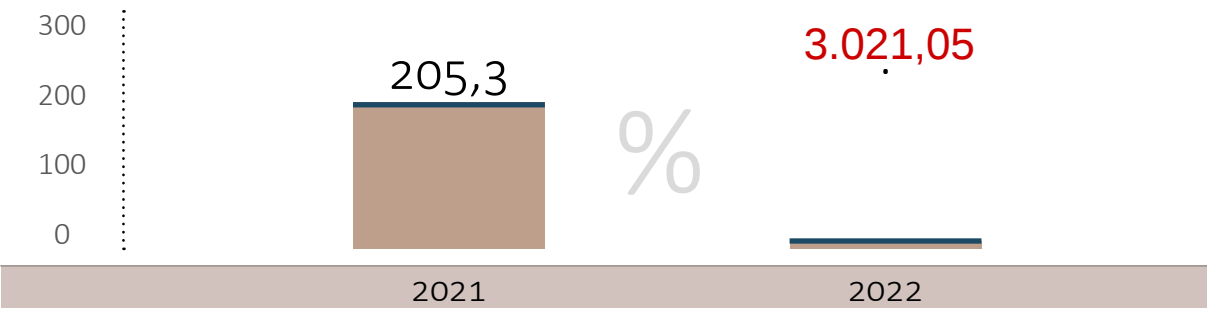
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS (IEP)

Indica o grau de aproveitamento das dotações para despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com a capacidade da administração de executar seus investimentos e o acerto nas priorizações.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ampliar em 1% até 2026, o índice de execução das dotações para projetos, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 1,51%. Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 1,51% e para o ano de 2022, 1,71%.

Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 3,10%, demonstrando que a elaboração do orçamento levou em conta as prioridades institucionais e demonstrou capacidade na execução desses recursos, com grau de cumprimento de 205,3%. ~~Os dados para o ano de 2022 só estarão disponíveis com o encerramento do exercício fiscal.~~
O resultado para 2022 foi de 51,66%, com grau de cumprimento de 3.021,05%, este percentual muito acima do planejado se deu em função excelente performance de recursos extraorçamentários captados no período.

% de cumprimento do índice de execução das dotações para projetos (IEP)



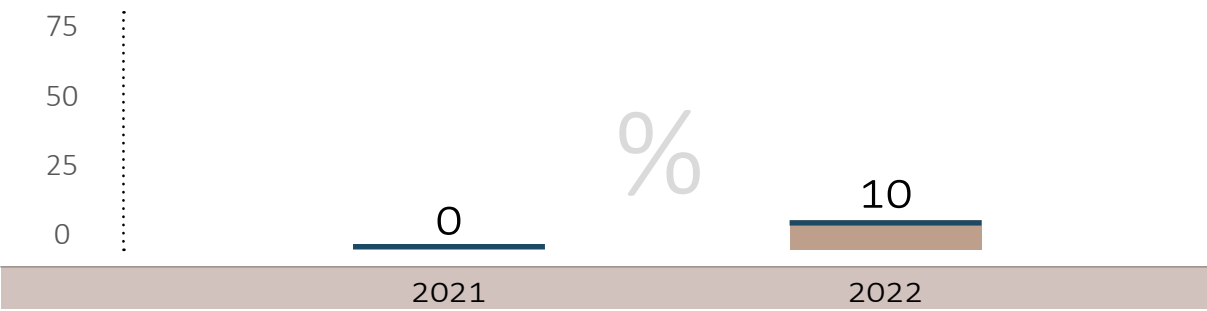
Fonte: DIGES, 2021.

PERCENTUAL DE COMARCAS DO TJAC COM PJe IMPLANTADO

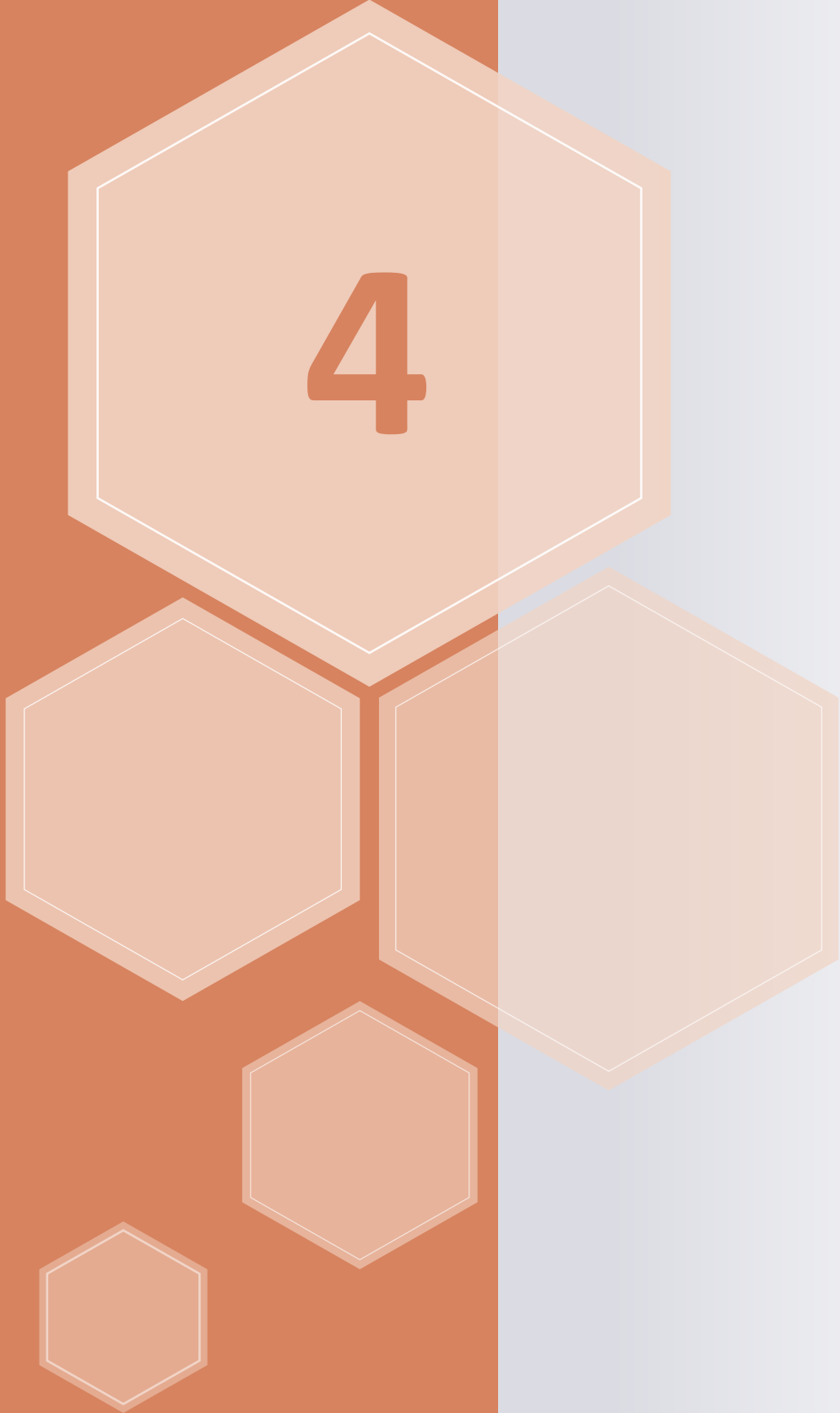
Mede o percentual de comarcas com ‘Processo Judicial Eletrônico’ (PJe) implantado, visa unificar a prestação jurisdicional do Estado com as recomendações do CNJ.

A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de implantar o PJe, até 2026, em 100% das comarcas do TJAC. Para o ano de 2021 não foi estipulado percentual, considerando que aquele ano seria destinado ao planejamento das ações e para o ano de 2022, 10%, a qual foi alcançada.

% de implantação do PJe

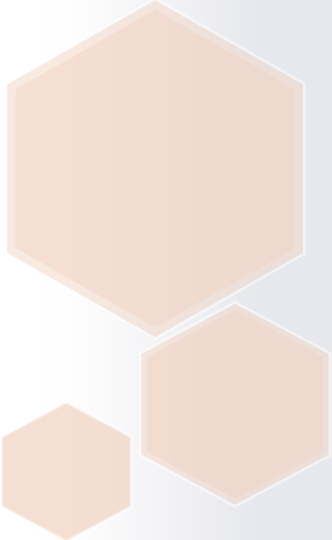


Fonte: DITEC, out. 2022.



4

AÇÕES E RESULTADOS



PERSPECTIVA

Sociedade

O TJAC no intuito de atender à comunidade socialmente vulnerável, proporcionando meios que possibilitem a inserção social do cidadão com informações sobre serviços públicos, informações de utilidade pública, cidadania e assistência judiciária voluntária, desenvolve programas, ações ou projetos, com vistas a potencializar e atender socialmente aos jurisdicionados.

Dentre esses projetos destacam-se: Justiça comunitária; Projeto acolher para transformar; Implantação de núcleos de justiça restaurativa; com 1.006 atendimentos.

Com o mesmo objetivo estão em fase de implantação os seguintes projetos: Centro de atenção à mulher em Cruzeiro do Sul; Humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência; e Humanização do atendimento às mulheres vítimas de drogadição.

A seguir são detalhados alguns temas e projetos que se destacam durante o biênio:

Diálogo com a sociedade

No ano de 2021 o Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça do Acre e a Fundação Aldeia de Comunicação foi renovado, garantindo a manutenção da veiculação do Boletim TJ Acre na Aldeia FM, levando-o também para a rádio Difusora, ambas em Rio Branco. E na renovação foi efetivada a ampliação do produto que divulga ações e serviços do Poder Judiciário, nas duas emissoras também nos municípios de Brasileia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira e Xapuri. O Boletim TJAC também foi disponibilizado de forma estratégica nas plataformas Spotify, Deezer, Google e Amazon Music de forma diária. Na plataforma YouTube são transmitidas as sessões dos órgãos colegiados.

Visando intensificar o diálogo com a Sociedade, o TJAC promove campanhas institucionais que abordam diversos temas, que são veiculadas, por meio de parceria, na rede de supermercados Araújo.



TJAC e Fundação Aldeia assinam Termo de Cooperação para ampliação de parceria

A partir da criação do Plano de Endomarketing, construído com intuito de disseminar a estratégia institucional, fortalecer a identidade e a missão do sistema Judiciário administrativo, outras ações foram implantadas: lançamento do Boletim Virtual do TJ Acre, que já está em sua 4ª edição e é direcionado ao público interno. O ano de 2021 foi marcado pela produtividade de 1.136 reportagens no site e 124 na intranet, 30 campanhas abordando os programas e projetos do Tribunal. Foram 223 programas de rádio Boletim TJAC, com 29 entrevistas e 30 spots com campanhas. Os

trabalhos diários nos perfis das redes sociais da instituição também permitiram um crescimento das interações com o público.

Em 2022, até novembro, foram incluídas 1.052 reportagens no site, com áudio descrição, mais de 30 campanhas realizadas ao longo do ano, abordando os programas e projetos do Tribunal. Foram 224 programas de rádio Boletim TJAC, transmitidos nas rádios Aldeia e Difusora. Dentre as ações desenvolvidas em 2022, destacamos: Resgate da identidade da logomarca do TJAC; Organização do acervo de imagens, visando o fortalecimento da memória institucional; Publicação das revistas eletrônicas: '300 Dias de Gestão' e 'Resgatando a história do Tribunal de Justiça do Acre'. [Checar com a Andrea se vai atualizar os dados até dezembro](#)

SOS Acre

Em fevereiro de 2021, o Acre sofreu o agravamento da pandemia causada pela Covid-19, surto de dengue, enchentes e crise migratória nas cidades acreanas de fronteira. A atuação do Tribunal de Justiça do Acre, como parceiro do Ministério Público do Estado do Acre, na realização da campanha SOS Acre, permitiu que o pedido de ajuda se espalhasse por todo o Brasil em uma articulação nacional que contou com a ajuda de diversos artistas.

Uma força tarefa que envolveu diversas servidoras, servidores, magistradas e magistrados, além do apoio do Exército Brasileiro e Corpo de Bombeiros junto a Defesa Civil, que também passaram a contribuir a partir de uma articulação da Administração do Tribunal. Foram milhares de produtos arrecadados, de alimentos a material de limpeza, remédios, colchonetes, todos distribuídos com muita transparência e agilidade às famílias atingidas. Uma grande ação humanitária que reforça ainda mais o papel que o Poder Judiciário do Acre vem desenvolvendo, indo além dos serviços jurisdicionais, atuando próximo da população com olhares e ações de uma Justiça social.

Social.



[retirar a palavra administrativo](#) **Enfrentamento à violência contra a mulher**

[Substituir: Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher \(Fonavid\)](#)

Dentre os programas e projetos dessa área, desenvolvidos pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), destacaram-se: a Jornada da Lei Maria da Penha e o Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica, no intuito de identificar e disseminar boas práticas para as unidades que atuam na temática da violência contra a mulher; continuidade à realização das etapas do Programa Justiça pela Paz em Casa, permitindo rápido andamento a processos e pedidos de medidas protetivas; palestras de conscientização, produção e distribuição de cartilhas e folders sobre o tema; rodas de conversa; atividades de saúde, bem-estar e inclusão social. Um ponto importante a destacar foi o avanço nas ações educativas e de interiorização da Rede de Proteção.

Parágrafo

A Comsiv concentrou esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero, deu ênfase ao julgamento de processos relativos aos episódios de violência e de feminicídio, assim como a realização de palestras, cursos de capacitação e fortalecimento da questão de gênero junto à sociedade civil. Nessas ações foram atendidas com acompanhamento de serviço psicológico 75 mulheres até setembro de 2022.



Representantes do Poder Judiciário acreano participam do XIV Fonavid Acreano

Grupo reflexivo “Pessoas em Transformação”

A ação está alinhada com o programa Justiça Restaurativa do CNJ, promove a reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar, e visa evitar a reincidência, que em 2021 foi de 14,95%. A iniciativa contribui para que a Justiça tenha ações de caráter preventivo e restaurador, atuando para além da punição, em 2021 foram acompanhadas 157 pessoas e no ano de 2022, foram 207.



TJAC dialoga com vereadoras e vereadores de Xapuri e Assis Brasil sobre projetos de Lei para combater violência doméstica

Em 2021, o TJAC se tornou um dos primeiros tribunais do país a implantar o Grupo Reflexivo para atender também os autores de violência doméstica que cumprem pena no regime semiaberto. O Programa é realizado em parceria com o Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen), e avançou na interiorização do trabalho em Tarauacá e Cruzeiro do Sul, em parceria com as Câmaras Municipais daqueles municípios. No ano de 2022, foram feitos 80 atendimentos com diferentes perfis socioeconômicos.

Criações da 2ª Vara de Proteção à Mulher e da Ouvidoria da Mulher

As criações da 2ª Vara de Proteção à Mulher e da Ouvidoria da Mulher foram aprovadas em dezembro de 2022 em sessão do Tribunal Pleno Administrativo. A criação da 2ª Vara de Proteção da Mulher ampliará a capacidade de processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, julgando ações penais e concedendo medidas protetivas e a Ouvidoria da Mulher se constitui em um canal especializado para o recebimento das demandas relativas à violência contra a mulher, ambas trazem mais uma camada de proteção às mulheres vítimas de violência.

Diversidade, respeito e equidade

trocar a ordem dos parágrafos, esse vai ser o 2º

2º parágrafo: O Comitê da Diversidade foi instituído, por meio da Portaria n.º...

Foi instituído, por meio da Portaria n.º 1206/2020, o Comitê da Diversidade, com a tarefa de elaborar ações de inclusão e combater práticas discriminatórias de pessoas com deficiência, negros, mulheres, idosos, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexual, assexual e qualquer outra identidade de gênero e/ou sexualidade.

1º parágrafo: O Plano de Ação do Comitê da Diversidade foi elaborado em 2021. Este Comitê fez adesão ao Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI), de forma inédita, aderiu...

O Plano de Ação foi elaborado em 2021 e fez adesão ao Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI). De forma inédita, aderiu a I Jornada de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres com Deficiência, e promoveu rodas de conversa sobre violência contra a mulher com deficiência e integrando ainda a campanha “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Doméstica Contra a Mulher”, ocorrida em novembro e dezembro de 2021. Em agosto, durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla chamou a sociedade para refletir sobre a questão e agirem na promoção desses direitos. Já em novembro, mês da consciência negra, o Comitê da Diversidade promoveu no Instagram do Tribunal de Justiça, live com o tema “Consciência negra: reflexões necessárias”, com a participação de servidores(as) e pesquisadores(as).

Projeto Cidadão

Ao longo de 26 anos de atuação, o Projeto Cidadão mantém o importante papel de promover cidadania e igualdade social a partir de suas ações. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos da área social: saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.



Projeto Cidadão promove justiça e cidadania no interior do Estado



Promovido pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a imprescindível participação de parceiros, a cada edição o projeto realiza desde o fornecimento gratuito de registro de nascimento, casamento, título de eleitor, CPF, RG, carteira de trabalho, a audiências de conciliação, mediação, aconselhamento jurídico, vacinação e consultas médicas entre outros serviços. Com as atividades suspensas em 2020 devido à pandemia, em 2021 o projeto voltou a ser realizado adotando as medidas de segurança necessárias, promovendo três edições, nas seguintes cidades: Rio Branco, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, totalizando 2.706 atendimentos. Em Cruzeiro do Sul, foi realizado o casamento coletivo pela primeira vez na comunidade do Croa. Já Assis Brasil recebeu a ação completa de emissão de documentos, atendimentos nas áreas de saúde, jurídica e social. Ainda no ano de 2021 foi firmado convênio com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de mais de 1,5 milhão de reais, o que possibilitou a aquisição de insumos necessários para levar a estrutura das ações de cidadania do projeto até os lugares mais afastados das cidades do Estado.

Em 2022, fez atendimento nos seguintes municípios: Porto Acre, Rio Branco, Tarauacá, Feijó, Assis Brasil, Sena Madureira, Epitaciolândia, Mâncio Lima e Manoel Urbano, foram realizadas 10 edições do Projeto, onde destacamos a realização de 300 casamentos coletivos, foram alcançadas 15.186 pessoas, com cumprimento de 100% da meta projetada para o ano.

Infância e juventude

No ano de 2021, o ano de 2021, os projetos sociais, apesar das restrições devido à pandemia, tiveram cerca de 874 atendimentos. Foram realizados os seguintes cursos: “Procurando minha família: o desafio da busca ativa”; “O trabalho com as famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos”; “Marco Legal da Primeira Infância”; “O Poder Judiciário na Qualificação do Atendimento Socioeducativo – Da Porta de Entrada à Porta de Saída”.

O programa “Família Acolhedora” chegou ao interior do Estado. A articulação e ampliação do “Radioativo” em Rio Branco, permitiu que mais adolescentes e jovens fossem atendidos pelo programa que tem como foco os egressos do Sistema Socioeducativo, com oportunidade de qualificações e oportunidades de emprego. O programa Jovem Aprendiz foi retomado, assim como as edições do Colo de Amor, que tiveram que retornar adotando medidas de segurança devido à pandemia, também foi possível realizar o “ECA na Comunidade” presencialmente, em novembro de 2021, na Escola Estadual Maria Angélica Castro.



Projeto Cidadania e Justiça na Escola do TJAC inicia as atividades de 2022

...a cada edição, o Projeto...
...retira o artigo: trabalho, audiências...

...foi contemplado com R\$ 200 mil para suas...

Em 2022, o TJAC executou projetos especiais destinados à infância e juventude e realizou 2.577 atendimentos por meio dos seguintes projetos: Abraçando...

No ano de 2021, as ações do projeto “Arte de Ser”, contemplou oficinas de pães e bolos, crochê e lettering que ocorreram na Casa de Acolhimento Dr.ª Maria Tapajós, onde também foram realizadas reuniões do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e da Aliança Pró-Evangelificação de Crianças (Apec). Foi concretizada a articulação com Instituto Federal do Acre (IFAC) e Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil (FGB) para que ações em 2022 fossem estabelecidas de forma permanente na rotina do abrigo. O projeto Fortalecendo Vidas foi contemplado com um recurso de R\$ 200 mil, para suas atividades, por meio da plataforma +Brasil, em convênio assinado entre TJAC e Ministério da Justiça. O investimento também contempla a produção de cartilhas para o projeto “Justiça e Cidadania na Escola”. Outras mobilizações foram consolidadas por campanhas: enfrentamento ao trabalho infantil, ao abuso infantil, “Adotar é amor!”, “Doe diversão e distribua sorrisos”, “Declare seu amor”, enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, prevenção de gravidez na adolescência, exploração sexual, campanha do agasalho natalina e arrecadação de brinquedos.

Em 2022, os projetos especiais destinados à infância e juventude, o TJAC acom-panhou e realizou 2.577 atendimentos por meio dos seguintes projetos: Abraçando Filhos; Arte do Ser; Brincar de Viver; Cidadania e Justiça na Escola; Colo de Amor; Eca na Comunidade – direitos e deveres; Coral Filhos da Esperança; Fortalecendo Vidas; Radioativo; Ler pra Valer; Onde está minha família?



legenda??

INFÂNCIA E JUVENTUDE	
NEGRITO PROJETOS ESPECIAIS	OBJETIVO
Abraçando Filhos	Provê apoio material e acolhimento afetivo dos menores, filhos de mãe encarceradas, promovendo o reencontro com seus filhos e alguns familiares.
Arte do Ser	Mostra a importância da arte na educação das crianças e jovens; reforçando as possibilidades que ela proporciona na vida dos infantes.
Brincar de viver	Celebração do “World Play Day” ou Dia Mundial do Brincar, que é celebrado em mais de 40 países. A data foi criada em 1999 e reconhecida pela a UNICEF ...pela UNICEF.
Cidadania e Justiça na Escola	Promove atividades extracurriculares, junto a crianças em idade escolar, direcionadas à promoção da cidadania mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores da Justiça, proporcionando uma maior aproximação e interação entre o Poder Judiciário e a Sociedade.
Colo de Amor	Visa dar afeto aos infantes, minimizando ou extinguindo danos futuros que possam interferir no desenvolvimento pleno do infante.



ECA na Comunidade	Difunde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre pais, professores, alunos, equipe pedagógica e demais atores da educação.
Coral Filhos da Esperança	Apresenta a música às crianças como forma de expressão das emoções, promovendo a formação de um grupo musical e por meio dele, integração, socialização, bem-estar e o desenvolvimento da faculdade extensiva vocal, em razão das aulas de canto .
Fortalecendo Vidas	Promove o fortalecimento de medida protetiva e socioeducativa junto a crianças e adolescentes, através do desenvolvimento de valores e princípios embasados na perspectiva de educação interdimensional .
Radioativo	Busca a inclusão de jovens do Sistema Socioeducativo, vítimas do trabalho infantil e escravo e em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação e qualificação profissional em cursos de aprendizagem ofertados pelo SENAI e SENAC .
Ler pra Valer	Proporciona reforço escolar em Língua Portuguesa aos alunos do 5º ano, que se encontram no nível de proficiência em leitura abaixo do básico, para que, ao final de dez meses, as crianças alcancem o nível considerado adequado .

Onde está minha família? Busca reduzir ou evitar transtornos psicológicos e biocognitivos em crianças ou adolescentes distantes de seus familiares .

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ)...

A CIJ conta com o apoio e articulação da Rede de Proteção: magistradas e magistrados, promotores e promotoras de Justiça, defensores e defensoras públicas, membros do Conselho Tutelar, da Ordem dos Advogados do Brasil/Acre (OAB/AC), secretarias de estado e município, servidoras e servidores do TJAC, delegados, policiais militares, Fieac, Fecomércio, Apec, associações e voluntários.

Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF

O GMF conta com o apoio do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em agosto de 2021, participou do Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o tema “O desafio da educação nas prisões”.

Com o avanço da vacinação e o arrefecimento da pandemia, o GMF foi in loco (em *italico*), verificar as condições físicas das unidades carcerárias e socioeducativas do Acre, foram visitadas as unidades prisionais e socioeducativas de Rio Branco, Senador Guiomard, Brasília, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul, visando a elaboração de diagnósticos das unidades, que permitirão a correção das impropriedades.



Inspeção no Presídio de Tarauacá

des encontradas e a difusão das boas práticas aplicadas em cada uma das unidades.

Em 2022 foram realizadas 20 ações, em atendimento às resoluções e às diretrizes do CNJ: Garantia de vistoria em todas as Unidades Prisionais do Estado do Acre, com verificação das condições materiais de aprisionamento, objetivando velar pelo respeito aos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade; Oferta de serviços de identificação e emissão de documentação civil, por meio da execução do programa Justiça Presente; Atuação na inserção social de egressos do sistema prisional da Comarca de Rio Branco, possibilitando a quebra de ciclos de violência, diminuindo a reincidência e os altos níveis de violência; Atendimento às diretrizes da Resolução CNJ n.º 369 de substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência; Implantação do Escritório Social para atendimento às pessoas egressas do sistema prisional, buscando o do acolhimento, escuta qualificada e singularização do atendimento, conforme Termo de Cooperação Técnica n.º 18/2020, celebrado entre o CNJ e o Poder Executivo do Estado do Acre.

Serviço de Informação ao cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão foi instituído com o objetivo de garantir o direito de acesso às informações, por meio eletrônico ou físico, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, ressalvadas aquelas protegidas pelo sigilo ou restrição temporária (Resolução COJUS n.º 55/2021).

Balcão Virtual

O Balcão Virtual foi instituído pela Portaria PRESI n.º 648/2021 e é uma ferramenta de aproximação do Poder Judiciário com o cidadão, por meio da tecnologia, além de garantir a proteção à saúde, tendo em vista que as medidas de restrição a circulação de pessoas se intensificaram com o agravamento da pandemia da COVID-19 no Estado.

O serviço é feito pela ferramenta do Google Meet, e funciona durante todo o horário de expediente. Basta o cidadão acessar o link da unidade e será atendido por uma servidora ou servidor por videochamada. São mais de 70 salas virtuais, instaladas em todas as Unidades Judiciárias do Estado.

Central de Processamento Eletrônico

A Central Eletrônica de Processamento (Cepre) foi instituída pela Resolução COJUS n.º 68/2022, com a função de secretaria judiciária centralizada, trazendo uma nova dinâmica de organização na estrutura gerencial para a concretização e melhoria dos serviços em prol da sociedade. O serviço é uma inovação do Poder Judiciário no cumprimento de decisões e na execução de atos em processos que tramitam nas unidades judiciárias do Estado do Acre.

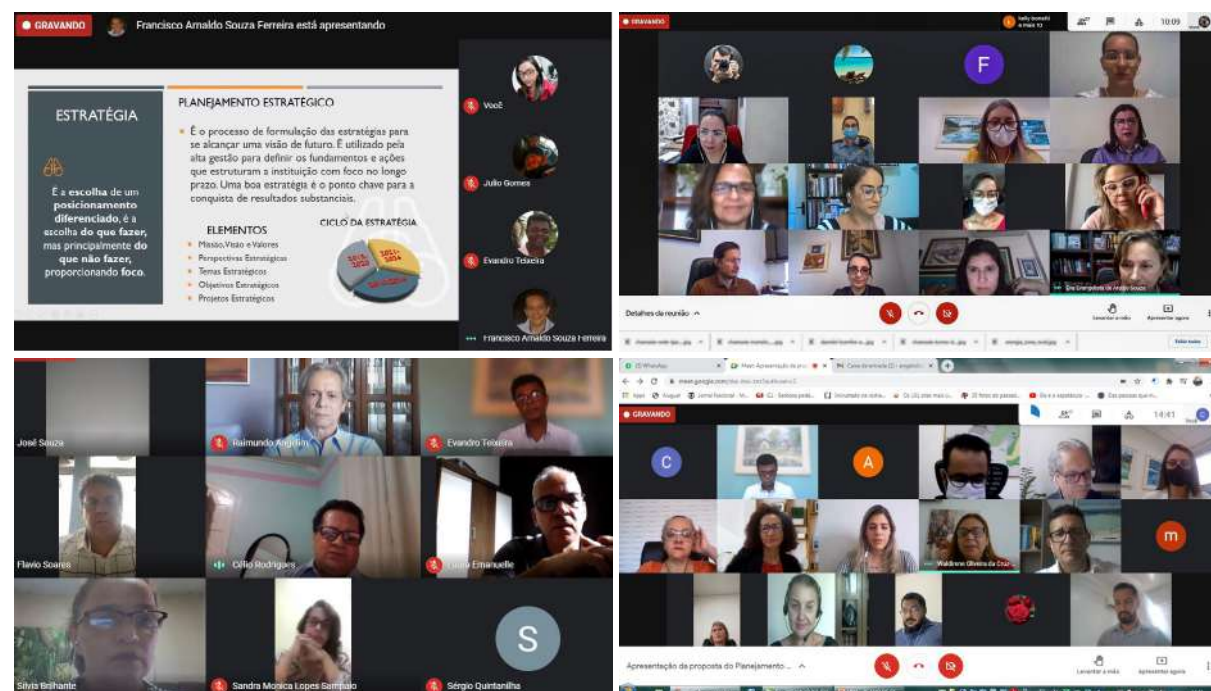
A Cepre alterou algumas rotinas e fluxos de trabalho, com isso gerou bons resultados em produtividade, garantindo aumento da celeridade do Judiciário do Acre e superando todas as metas projetadas.

PERSPECTIVA

PROCESSOS INTERNOS

Planejamento Estratégico

Pela primeira vez o Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Acre foi elaborado pela própria equipe da Instituição, o PE foi aprovado em junho de 2021 pelo Tribunal Pleno Administrativo para o sexênio 2021/2026 (Resolução TPADM n.º 259/2021). A construção da proposta seguiu a metodologia Balanced Scorecard (BSC) e seus princípios participativos, contou com a participação efetiva de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), perfazendo um total de 733 pessoas consultadas diretamente, por meio da realização de 10 oficinas/reuniões com o público interno e, ainda, por meio de questionários virtuais.



Reuniões virtuais para elaboração do PE do TJAC 2021-2026

A sociedade foi ouvida por meio... A sociedade também foi ouvida, por meio da realização de dois encontros, o primeiro contou com a participação de 27 instituições com representação dos seguintes segmentos: mulheres, negros, jovens, povos indígenas, religiosos, pastoral carcerária, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas, produtores rurais, associações de moradores e pesquisadores acadêmicos; e o segundo, com operadores do direito, quando participaram representantes de seis instituições: Ministério Público do Acre (MPAC), Ordem dos Advogados do Brasil seccional Acre (OAB/AC), Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC), Polícia Civil, Procuradorias-Gerais dos Municípios de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul.

Monitoramento e Avaliação de Indicadores de Desempenho e Planos de Ações das Unidades Administrativas

Visando o aprimoramento do desempenho institucional, foram elaborados dois instrumentos de acompanhamento e avaliação da execução do Planejamento Estratégico são eles:

- Planilha de acompanhamento dos Planos de Ação 2021-2022 das Unidades Administrativas do TJAC, os quais se constituem no nível operacional do Planejamento Estratégico (PE), que devem ser informados com periodicidade quadrimestral;
Caderno de acompanhamento...
- Planilha de acompanhamento dos indicadores de desempenho do PE, o qual é composto pela descrição de cada indicador, detalhando o que mede, a periodicidade, a fonte de dados, como medir (as fórmulas), quem é responsável por medir e a tendência. Neste documento também consta a série histórica de dados para os indicadores e as metas propostas para cada ano do ciclo de planejamento 2021-2026.
forma de medir...

As informações constantes nestes instrumentos subsidiam as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), momento em que podem ser corrigidos rumos para o alcance das metas projetadas, objetivando o aprimoramento e melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

Governança do Poder Judiciário

A Governança do Poder Judiciário (Resolução TPADM n.º 270/2022) foi instituída com a finalidade de ampliar a governança para todas as competências administrativas, assegurando mecanismos de gestão de risco, gestão de integridade e transparência.

A Governança é integrada pelos Comitês: Comitê de Governança de Contratações (CGCON), Comitê de Governança em Gestão de Pessoas (CGPES), Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), Comitê de Governança em Orçamento e Finanças (CGOFI), Comitê de Governança de Informação Institucional (CGINF), Comitê de Governança de Gestão em Segurança (CGSEG) e Comitê de Governança Jurisdicional (CGJUD).

Governança de Gestão em Segurança

A Governança de Gestão em Segurança do Poder Judiciário do Estado do Acre encontra-se em fase de elaboração e deve atender a inteligência e a contrainteligência, mediante atuação preventiva e proativa, de modo a possibilitar a antecipação aos riscos, ameaças e ações hostis, inclusive aos efeitos de acidentes naturais e ou mitigar resultados indesejados.

Programa de Integridade

Regulamentado pela Resolução TPADM n.º 275 de 21 de junho de 2022, o Programa de Integridade é um conjunto de projetos e ações administrados de forma integrada. Apresenta, de forma integrada, ações de prevenção, detecção, correção e monitoramento das áreas suscetíveis a desvios, corrupções, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. O Programa de Integridade conta com os seguintes instrumentos: - Código de Ética; - Comprometimento da Alta Gestão; - Capacitação periódica; - Monitoramento contínuo; - Gerenciamento de Riscos; e – Canal de denúncias.



Código de ética e de conduta

O Código de Ética e de Conduta dos Servidores(as) (Resolução TPADM n.º 267/2022) é uma ferramenta indispensável à Administração Pública, pois aprimora e fortalece os valores institucionais. Tem o objetivo de estabelecer princípios e normas de conduta ética dos servidores(as), sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

O Código busca preservar a imagem e a reputação, contribuindo para transformar a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Institucionais do Poder Judiciário do Estado do Acre em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, disseminando e fortalecendo os valores previstos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Em 2022 foram impulsionadas campanhas de conscientização e capacitações neste tema.

E-Prevenção

Em 2022, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de transparência e controle interno, o TJAC aderiu ao sistema e-Prevenção do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa combater à corrupção e promover a ética e integridade no serviço público.

O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) é uma ferramenta de autosserviço para todas as instituições públicas, permitindo a realização de auditoria e sensibilização interna e externa. Nesse sentido, o Gabinete dos Juiz Auxiliar da Presidência passou a coordenar todas as ações de implementação. Inicialmente, como marco desse programa, foi lançada a campanha interna com cartazes, apresentando o Código de Ética dos Servidores e Servidoras e, ainda, foi firmado Termo de Cooperação com o TCU, aderindo formalmente ao PNPC.

Processo Administrativo de Responsabilização – PAR

Através da Resolução TPADM n.º 276/2022 foi regulamentado o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). A norma objetiva instituir medidas que visam garantir mais transparência, aumentar os mecanismos de controle e coibir que atos de corrupção, de falta de integridade cometidos por pessoas jurídicas contra a Administração Pública. A norma integra o programa e-Prevenção do Tribunal de Contas da União (TCU) e dialoga com outras legislações que apontam infrações e crimes contra a Administração Pública, tais como a Lei Federal n.º12.846/2013 (Lei anticorrupção).

incluir espaço:
n.º 12.846/2013...

Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos foi instituída por meio da Resolução n.º 268/2022, objetivando apoiar a governança do Poder Judiciário do Estado do Acre; aprimorar o processo de tomada de decisão, com o propósito de incorporar a visão de riscos em conformidade com as melhores práticas; melhorar a alocação de recursos; aprimorar os controles internos; alinhar a tolerância a risco à estratégia adotada; contribuir para a sustentabilidade das atividades organizacionais; resguardar os gestores quanto à tomada de decisão e à prestação de contas.

Durante o ano de 2022, as unidades administrativas do TJAC elaboraram seus Planos de Gestão de Riscos, que contaram com metodologia única, os quais foram consolidados em um único instrumento:

Plano de Gestão de Riscos do TJAC. Por se constituir em um novo processo de trabalho a ser monitorado, avaliado e/ou relampejado anualmente, também foi elaborado Manual de Procedimentos: Realizar Gestão de Riscos Estratégicos.

Política de Gestão da Inovação

Em 2021 foi regulamentada no âmbito do CNJ a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário através da Portaria n.º 2.156/2021, nos termos da Resolução CNJ n.º 395/2021. Foi constituído o Laboratório de Práticas de Inovações Sustentáveis (LAPIS) com objetivo de incentivar o desenvolvimento de ideias inovadoras, construir soluções, projetos e produtos, a partir dos pilares de inovação, criatividade, modernidade, colaboração, flexibilidade e multidisciplinaridade.

O LAPIS atua em conexão com as unidades e demais Comitês do Tribunal, com o cidadão e a sociedade civil, especialmente por meio de redes de inovação, tecnologia e temáticas de desenvolvimento institucional; promovendo a cidadania e unindo o conhecimento institucional, a inovação e a cooperação. Atualmente, há um portfólio com vários projetos conclusos, em andamento, e em elaboração.

Revisão e atualização de manuais de processos de trabalho

SUBSTITUIR:
A atualização dos manuais de processo de trabalho e suas rotinas objetiva o aprimoramento da governança, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Todas as diretorias assumiram a tarefa de atualização e elaboração de novos manuais (quando necessário). No período de 2021 e 2022 foram atualizados 50 manuais, do total de 56 Manuais de Processos de Trabalhos Administrativos (89,3%); 4 estão em revisão; e 2 faltam atualização pelos setores. Dos 10 Manuais dos Processos de Trabalhos Judiciais 2021 e 2022, 100% do total de 57 manuais foram atualizados.

Regionalização de conciliadores e juízes(as) leigos(as)

Com o intuito de assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, alcançando os melhores resultados quantitativos e qualitativos, o Conselho da Justiça Estadual (COJUS) publicou a Resolução n.º 58/2021, regulamentando a distribuição regionalizada e a avaliação de desempenho dos conciliadores(as) e juízes(as) leigos(as) do Poder Judiciário do Acre. Serão nove regionais com meta de, no primeiro ano de vigência realizar 130... a realização de 118 instruções/mês.

Auditoria e controle institucional

A Resolução TPADM n.º 255/2021 institui o Estatuto da Unidade de Auditoria Interna e Código de Ética de seus/suas servidores(as), para execução a partir do biênio 2021/2023. O recebimento, análise, orientação e encaminhamento de todos os relatórios de prestação de contas de 2021 aos órgãos de controle e acompanhamento, garantiu o cumprimento com responsabilidade e pontualidade do Judiciário acreano. A garantia de acompanhamento e monitoramento das recomendações oficiais de controle interno manteve atualizada todas as funções de auditoria interna, assim como o acompanhamento de todos os processos em tramitação neste tema.



Em 2022, a unidade atuou no acompanhamento da execução de processos referentes à governança institucional. Desenvolveu ao longo do ano, 25 atividades com a finalidade de atender às demandas da gestão, por meio de instrumentos de controle. Os acompanhamentos foram sistemáticos em conformidade com os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, as resoluções do Conselho Nacional de Justiça n.º 308/2020 e 309/2020, do TJAC n.º 255/2021, bem como normativos, diretrizes e boas práticas nacionais e internacionais de auditoria emitidos por órgãos e entidades com expertise em auditoria governamental, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização-INTOSAI, Instituto dos Auditores Internos - IIA, Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO.

Governança de Informação Institucional

A governança de informação institucional tem por objetivo o fortalecimento da imagem institucional, além de promover a cultura da transparência, da publicidade, da acessibilidade, da impessoalidade, da efetividade, da ética e da responsabilidade social na comunicação social do Poder Judiciário. A proposta foi elaborada e compartilhada com as áreas envolvidas.

Gestão do Sítio Eletrônico

Em 2021 foi instituída a Comissão Gestora do Sítio Eletrônico (COSIT), nos termos da Resolução Conselho da Justiça Estadual (COJUS) nº 32, de 11 de outubro de 2017, com principal foco de dar melhor trafegabilidade ao usuário e transparência ao Poder Judiciário do Acre, delineou responsabilidade pelas informações a serem publicadas e que dentre suas atribuições analisa os resultados apresentados pelas unidades participantes, mediante avaliações com periodicidade máxima anual e propõe os ajustes e aperfeiçoamentos necessários.

História e Memória

Os espaços de memória da Justiça acreana têm a função de preservar, registrar e compartilhar a memória e história do Judiciário Acreano, mas também abriga diversos eventos, sendo um espaço de referência para a sociedade. Em 2021, devido à pandemia, os espaços ficaram fechados para visitas durante a maior parte do ano, depois da flexibilização em relação à Pandemia de Covid-19, esses espaços voltaram com algumas atividades, mas com o cuidados e medidas de segurança sanitária.



Legenda

Em 2021, o Centro Cultural TJAC recebeu 114 pessoas em 24 eventos realizados no local, mais 23 eventos no auditório do Palácio da Justiça. O Palácio abriga exposições permanentes de objetos e processos histórico e a exposição “5 décadas do Poder Judiciário”. Neste mesmo ano, foram recebidos cinco novos acervos; e inseridos 210 títulos dos materiais bibliográficos no Sistema de Gestão da Biblioteca (BIBLIVRE). O ano foi finalizado com o lançamento do edital de chamamento para a publicação de textos informativos da primeira edição da publicação denominada ‘Resgatando a história do Tribunal de Justiça do Estado do Acre’.

O material é uma publicação textual seriada e editada pelo Centro Cultural do TJAC, tem o objetivo de resgatar informações históricas referentes aos servidores(as) e magistrados(as) do TJAC.

Em 2022, destacam-se as seguintes atividades: a implantação... Como destaques nesta área, para o ano de 2022, citamos: a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), em cumprimento ao Art. 5º, X Gestão de Memória e de Gestão Documental, Resolução CNJ n. 324/2020; o recebimento de 1.350 visitas aos museus e centros culturais; elaboração do plano museológico em parceria com o TRE-AC; elaborados os ementários do 1º semestre dos julgados do TPADM, do TPJUD e ementário das Câmaras. Em 2022, o Centro Cultural do Juruá e o Palácio da Justiça tiveram suas instalações físicas reformadas.

Sustentabilidade

O Núcleo Socioambiental Permanente (Nusap) articulou junto aos setores a estratégia de incorporar conceitos de sustentabilidade ambiental em suas práticas e ações, seguindo as diretrizes do CNJ. O que representa uma articulação fundamental para o fortalecimento das políticas socioambientais. Em 2021 foram elaborados os seguintes instrumentos de gestão desta área:

- Plano de Ação do Nusap 2021-2022 – que visa implantar e difundir a cultura da sustentabilidade no TJAC, por meio de ações de incentivo e conscientização ecológica, adotando medidas de controle e monitoramento destas no contexto do Plano de Logística Sustentável – PLS;
- Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026 – que visa aprimorar e difundir uma gestão organizacional com processos estruturados que promovam práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, dando mais eficiência ao gasto público e na gestão de processos de trabalho;
- Plano de Ação 2021-2022 do PLS – que é o instrumento que materializa como o PLS será implantado no TJAC. ;
- Sistema de acompanhamento dos indicadores do PLS – foi organizado para que as unidades administrativas, incluam os resultados destes indicadores de forma virtual e facilitada, o painel permite a visualização dos resultados de forma gráfica e de fácil entendimento.

Em 2022 o PLS foi revisado, visando a inclusão dos inventários de bens móveis e imóveis adquiridos com critérios de sustentabilidade e revisão da série histórica dos indicadores do PLS.

No biênio, foram realizadas inúmeras ações/projetos que têm relação direta com o PLS, ou se referem a atividades que incorporam conceitos de sustentabilidade, das quais destacam-se: - Implementação de logística reversa; - Realização de campanhas de racionalização de uso de recursos e sensibilização ambiental (consumo de energia, de água e telefonia); - Manutenção dos projetos biblioteca compartilhada e horta compartilhada em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; - Realização de eventos alusivos a datas ambientais: Semana do Meio Ambiente, Semana da Amazônia; - Abertura de trilhas na área verde da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul, com objetivo de promover educação ambiental, reflorestamento da área degradada e conservação do meio ambiente; - Realização de palestras sobre educação ambiental em escolas municipais em Cruzeiro do Sul.

PERSPECTIVA

Aprendizado e Crescimento

sai os 2 últimos parágrafos e substitui pelo texto:
No período, houve um acréscimo de 25% no número de servidores(as) que compõem a força de trabalho da casa, comparado ao ano anterior. Isso ocorreu em razão de aposentadoria, exoneração e falecimentos de servidores(as). 15 novos(as) juizes(as)s foram contratados em 2022; o número de colaboradores(as), que são os juizes(as) leigos(as) e conciliadores(as) que em 2021 eram 31 e em 2022, 29 servidores(as); os(as) estagiários(as) em 2021 eram 34; e em 2022, 57 pessoas.

balhando no âmbito do TJAC e todos os(as) servidores(as) cedidos(as) de outros órgãos ao TJAC. Esse cálculo exclui os(as) servidores(as) efetivos(as) do TJAC cedidos(as) a outros órgãos e os(as) licenciados(as) ou afastados(as).

Sendo assim, no ano de 2021, o primeiro ano do biênio contou com número de servidores(as) efetivos(as) 1.194. Já em 2022, o segundo ano do biênio contou com 1.488 servidores(as) efetivos(as).

No biênio 2021/2022, houve um ligeiro decréscimo no número de servidores(as) que compõem a força de trabalho dessa Corte, neste biênio, os(as) colaboradores(as), que são os juizes(as) leigos(as), conciliadores(as) que em 2021 eram 31 e em 2022, 29 servidores(as); os(as) estagiários(as) em 2021 eram 34; e em 2022, 57 pessoas.

Governança das Contratações

A norma apresenta orientações para a compra de bens e contratação de obras ou serviços, priorizando a promoção do desenvolvimento sustentável, a transparência e o estímulo à inovação (Resolução nº 271/2022). A Resolução estabeleceu os instrumentos de governança para contratações, associados ao plano de logística sustentável, plano anual de contratações; plano anual de capacitação e plano de tratamento de riscos de forma integrada. Desta forma, as medidas fomentam boas práticas, resultando no aperfeiçoamento da gestão e eficiência nos fluxos de contratações.

A partir da adoção das boas práticas, destacamos os seguintes resultados: compra de material de expediente e insumos de forma planejada e recorrente, sem desabastecimento no almoxarifado; otimização e adequação da climatização das edificações do Poder Judiciário; contratações efetivas de diversos serviços, insumos, equipamentos na área de TIC.

A implantação destes instrumentos possibilita a compra com regularidade de diversos insumos e serviços, à medida que se faz necessário e existe disponibilidade orçamentária e financeira, dando celeridade na aquisição dos bens e serviços necessários para o bom funcionamento da gestão, no período, foram realizadas XXX licitações, que resultaram em xxx contratos e xx Atas de Registro de Preços. ...necessário, desde que exista disponibilidade orçamentária e financeira, dando celeridade na aquisição dos bens e serviços necessários para o bom funcionamento da gestão.

Governança em Gestão de Pessoas

A proposta normativa da Governança de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário do Estado do Acre estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para fundamentar as ações de governança e de gestão de pessoas, possibilitando o alcance dos resultados desejados pelos magistrados, magistradas, servidores, servidoras, colaboradores, colaboradoras, pela instituição e pela sociedade. A proposta normativa foi remetida às áreas envolvidas para as manifestações, de modo que cada unidade gestora possa fazer contribuições a serem incluídas na proposta do ato.

Força de trabalho

Nesse biênio, as políticas de gestão de pessoas foram concentradas em atender às demandas da Área Fim, em suas diversas dimensões, no sentido de ampliar a força de trabalho do Tribunal nessa área e, consequentemente, otimizar a prestação jurisdicional.

A força de trabalho real desta Corte é composta por todos os(as) servidores(as) efetivos(as) tra-

Clima organizacional

O Clima Organizacional no TJAC consiste no conjunto de percepções compartilhadas que magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) desenvolvem por meio de suas relações com as políticas, as práticas e os procedimentos do Tribunal, tanto formais quanto informais.

Os resultados obtidos da pesquisa são subsídios para identificar setorialmente as áreas que precisam de intervenção gerencial com o objetivo de mediar as relações e contribuir para que as unidades tenham um ambiente saudável e produtivo de trabalho.

Esse instrumento gerencial oferece às pessoas a oportunidade de se manifestarem em relação aos fatores e variáveis organizacionais. Em 2020/2021, a Pesquisa de Satisfação resultou em 57,4%, dos 53 respondentes, avaliando sua satisfação como MUITO SATISFEITO e SATISFEITO. Em 2022, 86,4% se declararam como MUITO SATISFEITO e SATISFEITO, participaram da pesquisa 231 pessoas, totalizando 15,5% de participação.



Gratificação por Alcance de Resultados – GAR

A Gestão tem honrado os compromissos com os(as) servidores(as). Garantiu o pagamento integral da GAR no ano de 2021, destinando R\$ 6,8 milhões para valorização e reconhecimento da produtividade dos(as) servidores(as). No ano de 2022, foram revisados os indicadores, de forma a facilitar a mensuração e os cálculos da gratificação, nesse processo, se mantém o ato anterior de efetuar o pagamento em uma única parcela, com previsão de R\$ 7 milhões em 2022.

Benefícios e Passivos Trabalhistas

Os esforços de efficientização dos recursos, permitiu que todos os passivos trabalhistas referentes à incorporação de cargos em comissão (Lei Federal nº 9.717/1998, Emenda Const. nº 20/1998); gratificações de capacitações e de nível superior; verbas rescisórias (descontos indevidos, licença prêmio pecú-

nia, férias proporcionais, 13º proporcional, indenizações) fossem pagas em 2022. Também foi possível aumentar, em 100%, o valor referente ao auxílio saúde a partir de janeiro de 2022 e o auxílio alimentação, a partir de agosto de 2022. Todos os passivos e benefícios somaram R\$ 21,3 milhões.

Teletrabalho

O teletrabalho foi implementado no tribunal em 2017 (Resolução COJUS nº 32/2017) o qual permite o exercício laboral fora das dependências do Tribunal. Essa medida contribui na redução de custos e produtividade na prestação jurisdicional.

A resolução prevê que a produtividade do servidor em teletrabalho deverá ser, no mínimo, 10% (dez por cento) superior àquela estipulada para os(as) servidores(as) que executarem atividades correlatas na unidade de lotação. Atualmente existem 214 servidores(as) em tele-trabalho.

Em 2022 foi realizada pesquisa de avaliação junto aos servidores(as) e gestores(as) que supervisionam estes servidores(as), conforme estabelecido pela Resolução n.º 32/2017, 100% dos servidores(as) que estão neste regime de trabalho responderam ao Questionário de Pesquisa¹ e 93% dos gestores(as) das unidades com servidores(as) em teletrabalho responderam.

Dos(as) servidores(as) que estão em teletrabalho, 70% estão lotados(as) em Rio Branco; 71,5% são do gênero feminino; 48,4% têm escritórios; 65% dos servidores(as) em teletrabalho residem no estado do Acre; 53% são técnicos judiciários, 28% são analistas judiciários e mais de 18% são comissionados; 79,5% dos(as) servidores(as) em teletrabalho desempenham suas atividades em gabinete de juízes(as) e de desembargadores(as). O questionário abrange aspectos como: condições de trabalho, produtividade, comunicação com a chefia imediata, percepção sobre a gestão do tempo, satisfação e desempenho profissional no trabalho, qualidade de vida, de forma geral, os(as) servidores(as) responderam como MUITO SATISFEITO e SATISFEITO em todos os itens; 70,4% dos(as) servidores(as) consideram sua produtividade como excelente; e 78,9% consideram que sua produtividade aumentou. Informação corroborada pelos gestores das unidades que consideram 93,3% estão MUITO SATISFEITO e SATISFEITO com o desempenho do servidor em teletrabalho.



legendas

Horário corrido

Em agosto de 2021 o novo horário de expediente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) passou a ser das 7h às 14h, tanto para as unidades judiciais quanto administrativas (Resolução TPADM n.º 272/2022), a alteração teve a finalidade de promover a economia direta com gastos ordinários, provenientes da diminuição no consumo de água, esgoto, energia elétrica, telefone, papel e de outros bens e serviços, inclusive com terceirizados. A alteração para sete horas ininterruptas do horário de atendimento ao público e do expediente forense possibilita a melhoria e o aperfeiçoamento do clima organizacional e qualidade de vida de servidores e magistrados, com consequentes reflexos de incremento da produtividade na atividade laborativa.

Absenteísmo-saúde

Em 2021, segundo ano marcado pela pandemia da Covid-19, o índice de absenteísmo-saúde no Poder Judiciário Acreano manteve-se baixo 1,4%. Em 2022, no período de nove meses, apenas 1,4% dos magistrados(as) e servidores(as) se ausentou do trabalho por motivo de doença própria ou de familiar. No Planejamento Estratégico PE 2021-2016, foi estipulada a meta de o índice de absenteísmo até 2026, menor que 3%, o que vem sendo alcançado.

Concursos públicos

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) irá-empossou 15 Juízes(as) de Direito Substitutos(as). O edital do concurso para ingresso na magistratura do Estado do Acre foi aberto em dezembro de 2018, com as inscrições iniciadas em janeiro de 2019. Em 2021, em razão das restrições sanitárias decorrentes do estado de pandemia da COVID-19 no país, o certame foi suspenso e retomado em abril de 2022. O concurso teve 2.711 inscritos e foi composto por cinco etapas.

A conciliação é uma prioridade constante nas ações do Poder Judiciário. Como forma de reforçar a política de conciliação, em 2021 o Tribunal de Justiça do Acre lançou edital para o processo seletivo para contratação temporária e cadastro de reservas de profissionais para o desempenho das funções de juiz leigo, juíza leiga, conciliador e conciliadora do Sistema de Juizados Especiais e Conciliador e Conciliadora para atuação nas Varas de Família e Cíveis do Poder Judiciário do Acre. Foram 156 inscritos no concurso de juiz leigo, contratados 10, com formação de cadastro de reserva de 34 pessoas; para a categoria de conciliador, foram 874 inscritos, 10 contratados e formação de cadastro de reserva de 256 pessoas. A contratação dos profissionais dará vazão à demanda de processos nas unidades cíveis do Poder Judiciário acreano.



Juiz Auxiliar da Presidência, Leandro... Desembargadora Waldirene Cordeiro e o juiz-auxiliar da presidência Leandro Gross vistoriam o processo seletivo

Em 2022 foi realizado concurso para estagiários(as), foram 862 inscritos, 10 contratados e formação de cadastro de reserva de 330 pessoas. Os(as) estagiários(as) auxiliam nos serviços essenciais, contribuindo com o funcionamento e o perfeito andamento das demandas nas unidades judiciárias e administrativas.

1 Em setembro de 2022, período de aplicação do questionário, havia 211 servidores(as) em regime de teletrabalho.

Qualidade de vida no trabalho

O TJAC oferece vários serviços que visam a melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as) em suas atividades laborais, com os seguintes destaques: - Centro médico: consultas médicas; fisioterapia; odontólogo; psicólogo; assistente social; enfermagem; educador físico; e nutricionista; - Farmácia viva: uso racional de plantas medicinais, degustação de chás, doação de ervas medicinais; - Academia para exercícios físicos; - Ações de inclusão para servidores(as) com deficiência; - Campanhas: combate e prevenção à hipertensão, horta medicinal, vacinação, junho violeta, julho amarelo, semana da Amazônia, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, combate ao diabetes, teste de covid-19, dezembro vermelho, entre outras; - Ações solidárias: Campanha SOS Acre, doações de cestas básicas e kits bebês, entrega de brinquedos; e - Programa de preparação para aposentadoria.



Ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça em prol do servidor

Programa Voluntariado

A atual gestão do Tribunal de Justiça do Acre autorizou o cadastramento de gestores interessados em receber voluntários em suas respectivas unidades, em 2021 contava com apenas 4 voluntários(as) e em 2022 obteve grande adesão, totalizando 31 voluntários(as). O programa é definido pela participação espontânea de acadêmicos e graduados; servidores(as) e magistrados(as) aposentados(as) com finalidade educacional, científica, cívica, cultural, judicial, psicológica, recreativa ou tecnológica, sem remuneração ou vínculo empregatício.

O Programa tem por objetivo a prestação de serviços voluntários, visando o apoio às atividades judiciárias.

Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, Sexual e de Todas as Formas de Discriminação

Em 2021, o combate ao assédio moral e sexual se tornou uma política institucional do TJAC por meio das Portarias nº 1.039 e 1.040, as comissões são voltadas ao primeiro e segundo graus, respectivamente, neste ano as comissões elaboraram seus planos de ação, e atuam para criar um ambiente de mais segurança para o recebimento de denúncias, visando a prevenção de casos de assédio e discriminação, a política tem por objetivo promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Sistema de Administração de Recursos Humanos

Reorganizou e reestruturou procedimentos com a implantação dos módulos de férias e de ponto eletrônico do ADMRH do sistema THEMA que organizou o processo de vida funcional dos servidores(as) e magistrados(as) como férias, licença prêmio e outros benefícios, consequentemente resultando em eficiência na confecção da folha de pagamento, possibilitando que servidores(as) e magistrados(as) tenham maior controle na marcação de férias, emissão de certidões, atualização cadastral, entre outras tarefas que facilitam e valorizam a vida funcional dos(as) magistrados(as) e servidores(a).

Tecnologia da Informação e Comunicação

O TJAC, neste biênio, investiu sobremaneira em tecnologia e modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, com o objetivo principal de aprimorar sua prestação jurisdicional à sociedade, investindo na área de TIC, um montante de 15,8 milhões. Neste contexto, destacam-se o desenvolvimento e implantação de dois sistemas internos para atendimento da gestão, além da implantação e acompanhamento permanente do balcão virtual. As ações na área de tecnologia permitiram o fortalecimento da política de Tecnologia da Informação (TI) com novas ferramentas virtuais, atendendo a Resolução CNJ 337/2020.



Equipe de desenvolvimento trabalhando na implementação de sistemas integrados

Foi iniciado o Projeto de Atualização do Sistema de Gestão do Ensino (Sigen), a melhoria prevê a integração com sistema de Recursos Humanos (RH) e o Banco de Conhecimento. Também foi implementada a Carteira de Cobrança no sistema Refin. A ferramenta possibilita a geração, gestão e acompanhamento de pagamentos de credores. Outros serviços estruturantes integrados ao SAJ foram implementados: Autenticação (SSO – Single sign-on); Tabelas processuais (adição da tabela de tipos de

documentos); Serviços de notificações; e Marketplace.

A política de capacitação em TI para servidores(as) foi desenvolvida pela ESJUD, como forma de garantir a segurança, o planejamento e ações que apontam para investimento permanente na área de Segurança em Rede Computacional (Análise e Correção).

Segurança dos dados e Tecnologia

O TJAC investiu na contratação de internet de 10Mb ilimitada via satélite e disponibilizou para serventia do município de Jordão, melhorando o atendimento dos serviços. Para além das ações apontadas, foi disponibilizado a certidão de antecedentes estadual no Sistema de Automação da Justiça (SAJ) e portal e-SAJ; foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de 2021 (1ª versão), no Portal de Governança de TIC e Portal da Transparência do TJAC, conforme Portaria CNJ Nº 101 de 26/03/2021; e, realizada a implantação da Inteligência Artificial (IA) de classificação de petições intermediárias no portal e-SAJ, garantido uma atuação mais célere do sistema.



legenda

Em 2022 foram realizadas várias ações de reestruturação do sistema de segurança de TIC, com monitoramento e ajuste fino de regras de firewall e VPN, fazendo com que as comunicações de rede fluam de forma mais segura, reduzindo a superfície de ataque dos sistemas do TJAC; foram realizadas aquisições de solução de backup; instalação de 2 ambientes seguros; e revisão de sensores e redes para sala segura.

A instalação de wifi nas comarcas do interior foi uma prioridade: todas estão sendo equipadas com o serviço, com ampliação de serviços de armazenamento e velocidade por meio de aquisição de 750 SSD, trazendo maior agilidade para os magistrados(as)/servidores(as), permitindo comunicação rápida e eficiente nas comarcas.

Parque tecnológico

Visando o fortalecimento e a modernização do Parque Tecnológico, empreendeu-se esforços para renovação de aproximadamente 72% do Par-



legenda

...Computacional, tendo o restante das máquinas (28%) recebido SSDs que conferem maior velocidade aos equipamentos; foram... que Computacional, tendo os outros 28% das outras máquinas recebido SSDs que conferem maior velocidade; foram ampliados os serviços de segurança de dados, para garantir ao Poder Judiciário do Acre, condições adequadas de atendimento às políticas tecnológicas, orientadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com vistas ao atendimento mais efetivo junto aos usuários.

Virtualização de documentos

O TJAC virtualizou pastas funcionais, digitalizando 258 volumes, cerca de 80 mil páginas, com a vida funcional de 68 magistrados(as). Mais que agilidade no acesso à informação, a ação também atua com a redução de papel, que reforça o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Capacitação - Escola do Poder Judiciário

A Escola do Poder Judiciário (ESJUD) desenvolve a importante missão de promover o desenvolvimento de competências para aperfeiçoamento de magistradas e magistrados, servidores e servidoras do Tribunal, tendo como finalidade a formação, aperfeiçoamento e a capacitação, contemplando a formação inicial e continuada com o propósito de alcançar a eficiência na prestação de serviços aos cidadãos.

No ano de 2021, mesmo na Pandemia, a Esjud continuou atuando, de forma virtual, de fevereiro a outubro, foram 86 ações, fomentando 6.793 matrículas, com um total de 87 ações de 255 horas de cursos credenciados na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados(as) (Enfam). Em 2022, até setembro, foram 3.001 inscrições em 53 ações, totalizando 120 horas/aula.



Ciclo de palestras sobre a cooperação jurídica internacional promovido pela Escola do Poder Judiciário

As atividades formativas promovidas pela ESJUD têm caráter multidiversas e transdisciplinares, atendendo ao Planejamento Estratégico do TJAC e ao seu Plano Anual de Capacitação. A ESJUD criou o seu banco de conhecimento virtual com 131 atividades educacionais de caráter formativo, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Dentre os destaques para o período, ^{lista-se} formalização de 21 parcerias e termos de cooperação institucionais; criação do Núcleo Avançado de Estudos Jurídicos (NAEJ) (Portaria 1.029/2022).

PERSPECTIVA

Sustentabilidade Financeira

Metodologia de planejamento orçamentário

Observando a dinâmica de uma gestão que valoriza os conhecimentos e experiências, foi instalada uma nova metodologia para a elaboração da Proposta Orçamentária (PLOA 2022 e PLOA 2023), que contou com participação de todos os setores com função administrativa e o acompanhamento de magistrados(as).

Essa forma de elaborar o orçamento público da Instituição permitiu ampliar a participação em torno da dinâmica de construção da peça orçamentária e discutir de forma aprofundada a realidade institucional, o que garantiu reflexões importantes sobre as propostas de investimentos em conformidade com a conjuntura.

Governança em Orçamento e Finanças

A proposta normativa é norteada pelos princípios da *accountability* e da responsabilidade da gestão de recursos públicos, da transparência, da motivação, da probidade administrativa, da segurança jurídica, do interesse público, da economicidade, da eficiência e pelos demais princípios constitucionais e legais. A proposta normativa foi elaborada para sua efetiva implementação.

Reorganização financeira

O Tribunal de Justiça do Acre realizou um intenso estudo e trabalho de reorganização de sua dinâmica financeira, essencial para atuar com a austeridade necessária. Para possibilitar a melhoria dos serviços realizados e o aumento de ações institucionais do Poder Judiciário, foram realizados estudos sobre a divisão dos recursos propostos na Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) dos exercícios 2022 e 2023.

Também foram realizadas ações de contingenciamento de despesas e de melhoria na qualidade dos gastos públicos, por meio de ações de controle que possibilitaram redução de custos, da melhoria nos procedimentos de discussão e elaboração da proposta orçamentária, bem como na liquidação de passivos, de modo a reduzir encargos financeiros futuros e proporcionar maior confiança e credibilidade perante os colaboradores. Destacando-se como uma das políticas de valorização.

O Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária, permitiu identificar a viabilidade dos recursos financeiros em contas judiciais, cujos processos judiciais tinham transitado em julgado há mais de 5 anos. Foram analisados mais de 70 mil processos no período.

Ações de melhoria na transparência, com a elaboração e disponibilização de informações de gestão orçamentária e financeira no site da transparência do TJAC, foram realizadas com objetivo de aumentar a confiança da sociedade e dos órgãos de fiscalização.

Também foram atendidas todas as solicitações de informações e/ou pedidos de esclarecimentos dos órgãos de controle interno e externo (AUDIN, TCE-AC e CNJ), de modo a manter a aprovação das Prestações Contas Anuais. Foi adotado um cronograma de ações, com prazos, voltadas para responsabilidade fiscal e otimização dos recursos humanos e financeiros no encerramento do exercício.



Presidente do TJAC fala sobre gestão em tempos de crise, boas práticas e desafios

Ainda ^{cita-se} citamos como ações exitosas neste biênio: a política de modernização da gestão financeira; a adoção da matriz de riscos para os processos de trabalho da DIFIC; melhoria do sistema do controle de pagamento; lançamento, acompanhamento e controle dos custos no sistema GRP THEMA; fortalecimento do controle de pagamento bancário do Fundo de Fiscalização das Serventias Extrajudiciais – FUFIS; controle das receitas das custas judiciais (recebimento de arquivos bancários, confirmações de pagamentos, espaço exclusivo para o Núcleo de Recuperação de Crédito - NUCRI (FUNEL), melhoria dos fluxos processuais resultando em maior eficiência.

Em relação às receitas próprias, no período, foram arrecadados, oriundos de custas judiciais e extrajudiciais, recuperação de crédito pelo NUCRI e PGE, e outras receitas próprias, o montante de R\$ 71,7 milhões², o que representa um grande avanço na arrecadação da Instituição.

Os “ganhos produzidos” possibilitaram sua distribuição de forma qualitativa, de maneira a beneficiar a força de trabalho do Poder Judiciário do Estado do Acre e a Sociedade em todas as direções.

Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária - PAFO

Foram continuados os procedimentos necessários para geração de recursos financeiros e orçamentários, mediante o Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, criado na gestão anterior.

Em 2021 foi elaborado Plano de Trabalho para o biênio 2022, estabelecendo os procedimentos necessários para geração de recursos financeiros e orçamentários, visando ampliar a capacidade de gestão financeira da Instituição.

² retirar, o dado foi atualizado para todo o ano de 2022.
Dados referentes ao exercício de 2021 e 2022 com dados parciais (31 de outubro de 2022).

Captação de recursos

Diante da situação de escassez de recursos e de inúmeras demandas sociais a serem atendidas, a captação de recursos financeiros, torna-se muito importante para a viabilização da missão institucional. De outra parte, a captação de recursos tanto técnico como financeiros, por meio de termos de cooperação, emendas ao OGU e OGE, e receitas próprias, também permite melhorar as entregas de políticas públicas.



Ressalta-se que o processo de captação de recursos adicionais ao orçamento anual, envolve não apenas obtenção de recursos, mas sim todo o ciclo de vida de projetos públicos: preparação, financiamento, acompanhamento e monitoramento da execução e finalização. Dessa forma ampla, entende-se que é possível contribuir para uma melhor alocação de recursos e a realização de entregas mais efetivas para a sociedade. A seguir são apresentados os recursos extraorçamentários captados de forma adicional ao orçamento do Poder Judiciário nesta gestão: **que foram da ordem de R\$ xxx,x milhões de reais.**

captado, por fonte, nos Discriminação de recurso extraorçamentário captados por fonte nos exercícios de 2021 e 2022			
FONTE	2021 (R\$) em milhões	2022 (R\$) em milhões	TOTAL (R\$) em milhões
ACRÉSCIMO DUODÉCIMO	39,0	47,0	86,0
OGU e OGE	19,6	4,6	24,2
RECEITAS PRÓPRIAS	27,3	49,4 44,3	74,4 71,6
TOTAL	85,9	101,0 95,9	186,9 181,8

Fonte: DIGES e DIFIC, 2022.

Convênios e Termos de Cooperação Técnica

No biênio foram realizadas 160 parcerias celebradas por meio de Termos de Cooperação com instituições públicas e privadas, dos mais diversos tipos: bancos, cooperativas, **empresas financeiras**, empresas de plano de saúde, instituições de ensino superior, empresas de telecomunicações, empresas de varejo, tribunais regionais, estaduais e Cortes Superiores. As parcerias com entes públicos e privados permitem que o TJAC ofereça aos jurisdicionados e cidadãos do Acre um atendimento mais célere e completo, no sentido de proporcionar o acesso ao serviço de outras instituições.

Neste período, a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Acre intensificou e aprimorou a gestão de Convênios e Termos/Acordos de Cooperação Técnica, fundamentais para o Judiciário do Acre. Estão em vigência 244 Termos/Acordos de Cooperação Técnica e 15 Convênios.



O Tribuna de Justiça firmou várias parcerias com instituições públicas e privadas

Os convênios em **vigência** totalizam um montante de R\$ 29,3 milhões **... de reais de recurso extraorçamentário.** Destes, R\$ **24,2** milhões foram captados durante esta gestão. 62% dos recursos de convênios vigentes foram executados **durante nesta** gestão, alcançando os objetivos propostos, restando ainda, 38% do montante para execução (R\$ 11,1 milhões), conforme detalhamento da tabela a seguir.



CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE RECEITAS VIGENTES EM 2022

Item	Ano	Objeto	Órgão	Final Vigência	Repasse - R\$	Contrapartida - R\$	Valor Global - R\$	Saldo Conta Bancária - JUL/22	Saldo Sistema - Fonte 200 (Convênio)	Saldo Sistema - Fonte 100 (Contrapartida)
1	2019	Programa Justiça Comunitária em Rio Branco	Município de Rio Branco	30/06/2022	68.469,76	7.000,00	75.469,76	28.775,29	21.775,29	7.000,00
2		Instalação de sistema de videoconferência no âmbito do Tribunal de Justiça do Acre	Departamento Penitenciário Nacional - DE-PEN/MJSP	29/02/2024	7.536.851,93	140.560,24	7.677.412,17	3.730.399,05	3.657.133,74	73.265,31
3	2020	Projeto Cidadão	Ministério da Justiça - MJSP	02/06/2022	750.000,00	58.481,51	808.481,51	382.237,26	323.755,75	58.481,51
4		Fortalecendo Vidas em Rio Branco Acre - Democratizar a prática de esporte e da leitura entre as crianças e adolescentes	Ministério da Justiça - MJSP	02/09/2022	200.000,00	2.270,08	202.270,08	113.807,72	111.537,64	2.270,08
5		Projeto Cidadão (Ribeirinhos e Indígenas)	Ministério da Justiça - MJSP	01/04/2023	806.245,01	16.453,98	822.698,99	178.834,72	162.380,74	16.453,98
6	2021	Programa Justiça Comunitária Cruzeiro do Sul e Sena Madureira	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	30/12/2022	250.000,00	-	250.000,00	270.222,68	255.117,82	15.104,86
7		Modernização do Parque Computacional	Ministério da Justiça - MJSP	31/12/2023	1.300.000,00	65.000,00	1.365.000,00	65.899,03	899,03	65.000,00
8		Implantação do Centro de Atenção na Vara de Proteção à Mulher em Cruzeiro do Sul (AC)	Ministério da Economia - ME	31/12/2022	250.000,00	0,00	250.000,00	251.259,09		
9		Modernização do Parque Computacional TJAC	Ministério da Economia - ME	31/12/2022	200.000,00	0,00	200.000,00	251.007,27		
10		Resgate da Cidadania	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (MPT)	31/08/2022	67.302,60	0,00	67.302,60	70.786,79	70.786,79	
11		Usina de Energia Solar no Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Governo do Estado do Acre	31/12/2022	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00			
12		Construção da 2ª etapa do Centro Administrativo do em Brasília	Governo do Estado do Acre	31/12/2022	3.711.000,00	0,00	3.711.000,00			
13		Modernização do Parque Tecnológico do TJAC	Governo do Estado do Acre	31/12/2022	7.295.000,00	0,00	7.295.000,00			
14		Reformas e adequações no interior e Comarca de Rio Branco	Governo do Estado do Acre	31/12/2022	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00			
15	2022	RADIOATIVO	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	31/03/2023	480.000,00	5.000,00	485.000,00	493.693,84	488.693,84	5.000,00
TOTAL					29.347.566,70	294.765,81	29.642.332,51	5.836.922,74	5.092.080,64	242.575,74

Fonte: DIGES, 2022.



Emendas ao OGU e OGE

Durante o biênio, entre Termos de Parcerias e Convênios firmados foram captados R\$ 24,1 milhões oriundos do OGU e OGE. Para 2022, já estão assegurados, por meio de emendas parlamentares do Orçamento Geral da União (OGU), recursos na ordem de R\$ 4,1 milhões em 2022, destinados à infraestrutura e projetos sociais, conforme tabela abaixo.

EMENDAS PARLAMENTARES – OGU 2022

Objeto	Concedente	Valor (R\$)	Prazos	Situação de Atendimento das Diligências
Execução do Projeto Justiça Acreana Sustentável - Implantação de Usina Solar Fotovoltaica na Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul - AC	Ministério da Economia (ME)	300.000,00	Em elaboração do Plano de Trabalho	ATENDIDO. Projeto Enviado para SEPLAG. Plano de Trabalho e Ofício de Solicitação.
		700.000,00		
Execução do Projeto Fortalecendo Vidas - Etapa de Capacitação Profissional de Adolescentes	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	350.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Execução do Projeto Jardim das Margaridas - Apoio às ações do Educandário Santa Margarida	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	300.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Estruturação do Escritório Social na Comarca de Rio Branco- AC	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJPS)	400.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida em 15/09/2022 falta enviar para análise
		200.000,00		
Execução do Projeto Arte do Ser	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	100.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Execução do Projeto Jardim das Margaridas - Apoio às ações do Educandário Santa Margarida	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	300.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Implantação do Projeto Mediação de Conflitos nas Escolas no Município de Cruzeiro do Sul	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	150.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
		150.000,00		
Estruturação de Casas Terapêuticas no Acre: Estrela da Manhã e Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH)	300.000,00	Proposta em Análise pelo MDH	ATENDIDO. Segunda Diligência Atendida, aguardando demais Diligências do MDH
		300.000,00		
Estruturação da Central de Processamento Eletrônico (CEPRE)	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	350.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Segunda Diligência Atendida
Apoio às entidades terapêuticas que atendem mulheres em drogadição (Apoio às atividades da AREDACRE).	Ministério da Economia (ME)	200.000,00	Plano de Trabalho em Análise	ATENDIDO. Projeto Enviado para SEPLAG. Plano de Trabalho e Ofício de Solicitação.
TOTAL		4.100.000,00		

Fonte: DIGES, 2022.

Obras e reformas

O Governo do Estado, em parceria com TJAC executou, no período, reformas e reparos das edificações do Poder Judiciário em 20 cidades no Acre. Em contrapartida o TJAC disponibiliza a equipe técnica de engenharia e arquitetura, para acompanhamento das obras, assim como estudos técnicos, projetos e orçamentos que dispõe das unidades.

No biênio, os edifícios das comarcas de Feijó, Tarauacá, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul tiveram suas instalações físicas totalmente reformadas e adequadas, resultando em ambientes propícios para a efetiva qualidade de vida dos(as) magistrados(as), servidores(as), e jurisdicionados(as). Também foram reformados e revitalizados o Centro Cultural do Juruá e o Palácio da Justiça, espaços que guardam a história do judiciário; a reforma resulta em mais comodidade e infraestrutura ao público em geral e segurança para os objetos e bens históricos. A DNEC teve suas instalações reformadas e revitalizadas, com ampliação de mais 300% do espaço, proporcionando ambientes de trabalho adequado e seguro.



Obras no judiciário foram realizadas em todo o estado



Visando promover a acessibilidade aos(as) jurisdicionados(as) foi contratada empresa para construção de passarela de acesso na Cidade da Justiça em Rio Branco, resultando em conforto e segurança para quem busca os serviços do Poder Judiciário.

Modernização dos serviços de transporte

Neste biênio foram adquiridos 24 veículos novos (10 caminhonetes, 2 viaturas e 10 carros sedans), e, ainda, a emissão de empenho para compra de mais 10 novas caminhonetes, resultando na otimização dos serviços de transporte, redução nos custos de manutenção e adequabilidade da frota do TJAC.

Foi realizada contratação de serviços de transporte por aplicativo, que funcionará exclusivamente por demanda e se constitui em mais uma ação que promove a modernidade nos serviços de transporte do Judiciário Acreano, resulta na racionalização dos gastos públicos, e gerando diminuição do desvio de finalidade na utilização do serviço e permitindo accountability sobre o serviço.



legenda

Usina fotovoltaica

Fazendo parte da proposta de sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Acre, estão sendo instala-
das duas usinas de energia solar fotovoltaica, na Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Acre em Rio
Branco e na Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul, por meio de parceria com o Governo do Estado e com
Recursos Próprios, com previsão de término em janeiro de 2023 (usina de RBR) e abril (usina de CZS).
A utilização de energia solar incorpora uma estratégia de atendimento e fortalecimento das políticas
ambientais, ao mesmo tempo que garante redução de custos com energia.



usina de energia solar...
Instalações da energia solar na Cidade da Justiça de Rio Branco e em Cruzeiro do Sul

As usinas fotovoltaicas estão incluídas nas tecnologias que contribuem para a conservação am-
biental, pois provoca impacto reduzido na natureza, e ainda gera economia ao longo prazo para a ins-
tituição. O projeto está articulado ao propósito da Agenda 2030, incentivando a sustentabilidade dos
órgãos públicos, ao tempo que atende ao Plano de Logística Sustentável do TJAC.

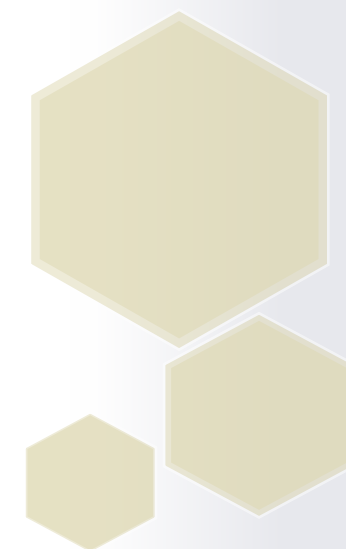
Desfazimento de bens – otimização de recursos

O desfazimento de bens inservíveis no setor público pode ocorrer por meio de doação, o TJAC lan-
çou edital público, com o acompanhamento do Conselho Estadual da Justiça (COJUS). O procedimento
promoveu a otimização de recursos e a sustentabilidade, pois os bens foram descartados de maneira
sustentável. Seguindo a normatização, os objetos foram doados para a Apae (Associação de Amigos e
Pais dos Excepcionais) e Jocum (Jovens com Uma Missão), organizações da sociedade civil reconheci-
das pela utilidade pública, ^{que manifestaram interesse...} sobre o interesse em receberem os bens.

Como resultado de todo esse esforço, foi otimizado espaço físico e a gestão patrimonial do Tribu-
nal avançou, proporcionando controle interno e, conseqüentemente, transparência.



5



HOMENAGENS

E PRÊMIOS

Secretaria de Cultura do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Justiça

O Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) foi...

O Conselho dos Tribunais de Justiça foi criado em 1992 com objetivo de fortalecer a independência da magistratura e defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário no país, e ainda fomentar a integração entre os tribunais, com o compartilhamento de experiências.

Em novembro de 2021, a presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Waldirene Cordeiro, foi eleita para o cargo de Secretária de Cultura do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Justiça, considerado um marco, pois é a primeira vez que um Tribunal de Justiça da Região Norte assume uma secretaria e também é a primeira que uma representante mulher é nomeada para integrar o referido Conselho.



Desembargadora Waldirene Cordeiro exerce o cargo de secretária de Cultura do Consepre

Ordem do Mérito Judiciário do TJMS

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Waldirene Cordeiro, foi homenageada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul com a honraria no grau de Grã-Cruz. A solenidade ocorreu no dia 01 de dezembro de 2021, no Centro de Eventos Bosque Expo, em Campo Grande. A distinção é concedida pelo TJMS a personalidades e autoridades que tenham se tornado dignas do reconhecimento da Justiça Sul-mato-grossense.

Reconhecimento aos Valores e Personalidades 2021 promovido pela PF

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Elcio Mendes, foi agraciado em Cerimônia de Reconhecimento aos Valores e Personalidades 2021, no dia 03 de dezembro de 2021, promovida pela Polícia Federal (PF).

A solenidade é uma iniciativa da Polícia Federal no estado do Acre como homenagem, reconhecimento e valorização aos órgãos e personalidades que atuam em parceria com a Instituição. O titular da Vara de Delitos de Organizações Criminosas do Estado do Acre, juiz de Direito Robson Aleixo, também foi homenageado. Ambos foram agraciados com certificado de honra ao mérito e comenda do evento.



Desembargador Elcio Mendes recebe homenagem

MPAC homenageia desembargador Pedro Ranzi

O Ministério Público do Estado do Acre, durante sessão extraordinária da Câmara Criminal Itinerante, em Cruzeiro do Sul homenageou o desembargador Pedro Ranzi com a entrega de Placa de Homenagem que representa o reconhecimento do MPAC pela valorosa contribuição do desembargador à magistratura acreana. Destacando os mais de 30 anos de trabalho e atuação destacada do Desembargador no âmbito da justiça criminal.

TJAC comemora 59 anos de instalação

Em 22 de junho de 2022 foi realizada Sessão Solene para comemorar a instalação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, na ocasião o Desembargador Pedro Ranzi foi homenageado pelos seus 34 anos de magistratura.



Sessão solene destacou a história do Judiciário acreano que busca a garantia de direitos e promoção da paz social

Estiveram presentes representantes das instituições que integram o Sistema de Justiça (Ministério Público, Defensoria, Ordem dos Advogados do Brasil e Procuradorias Públicas), assim como, servidoras, servidores, magistrados e magistradas, a Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) e também o Sindicato dos Trabalhadores do Acre, que destacaram como suas vidas estão entrelaçadas com a consolidação e avanços da Justiça Acreana.

Ordem do Mérito Judiciário do TJPA

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Waldirene Cordeiro, foi homenageada pelo Tribunal de Justiça do Pará com a insígnia da Ordem do Mérito Judiciário no grau Grã-Cruz, durante solenidade realizada no dia 26 de julho de 2022, no Salão Nobre do prédio-sede do TJPA. A comenda se destina a agraciar personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras que tenham se tornado credoras de homenagem especial por terem contribuído de forma inequívoca para o engrandecimento do estado do Pará e particularmente do Poder Judiciário.

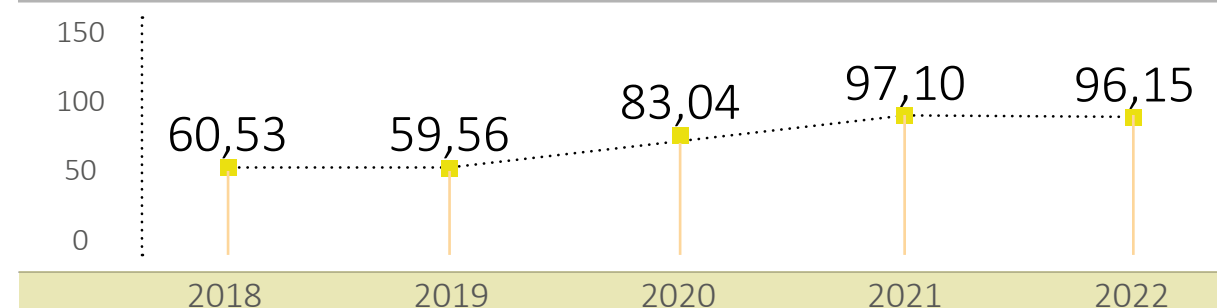


Transparência Ranking da transparência do Poder Judiciário

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pelo CNJ em 2018, tem como finalidade avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Em 2022 foram realizados procedimentos que aprimoraram a forma, conteúdo, prazos e responsabilidades das informações no site do TJAC “O Ranking da Transparência”, incluindo painel de acompanhamento, possibilitando melhoria do monitoramento, possibilitando que ações corretivas fossem realizadas tempestivamente, resultando no melhor desempenho da série histórica no Ranking, em 2021, posicionando o TJAC em 3º lugar; em 2022, alcançou a pontuação máxima em 81 itens dos 84, obteve a 5ª maior nota entre os 27 Tribunais de Justiça Estaduais, classificando-o na 10ª posição, devido a critérios de desempate.

Evolução do % de pontuação alcançada pelo TJAC no Ranking da Transparência



Fonte: CNJ.

Qualidade Prêmio CNJ de QUALIDADE

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) conquistou o Selo Ouro no prêmio ‘CNJ de Qualidade’ em 2021, do Conselho Nacional de Justiça, obtendo a 2ª colocação entre os TJ Estaduais que foram condecorados com Selo Ouro. O resultado demonstra um movimento institucional, tendo por finalidade a melhoria da transparência, estratégica, governança, produtividade, gestão de dados e tecnologia.

Para o ano de 2022, visando obter o efetivo controle e acompanhamento em tempo real sobre os indicadores estabelecidos, por meio do ‘Painel de acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade’. Neste ano, o



TJAC ficou na 15ª posição entre os 27 TJEs, recebendo o Selo Prata, ficando na 5ª posição entre os 8 TJ que receberam este Selo. Deve-se ressaltar que as premiações promovidas pelo CNJ resultam ao fim, para além da comparação do desempenho entre tribunais, no aperfeiçoamento das ações, procedimentos e resultados institucionais e o TJAC segue avançando, o que se pode constatar quando se avalia a pontuação alcançada a cada ano, em 2022 o TJAC recebeu a sua maior pontuação: 1.286,55.



Evolução dos pontos obtidos na série histórica de 2019 a 2022 no Prêmio CNJ de Qualidade



Fonte: CNJ.

Prêmio Juízo Verde

O Prêmio Juízo Verde foi criado pelo CNJ para homenagear iniciativas voltadas à proteção do meio ambiente ou que contribuam com a produtividade do Poder Judiciário na área ambiental. A primeira edição ocorreu em 2022.

Na modalidade PRODUTIVIDADE, pontuam os tribunais que apresentarem o melhor resultado nos indicadores: I – índice de julgamento da demanda (processos de natureza ambiental); e II – tempo médio decorrido entre o início da ação ambiental e a data-base de cálculo, nos processos ambientais que estavam pendentes de julgamento ao final da data-base de cálculo.

Nesta primeira edição, o TJAC...

O TJAC ficou na 26ª posição no ranking e obteve a seguinte pontuação: 0,22, de um índice que vai de 0 a 1.

Para o ano de 2022, o TJAC implantou o ‘Painel de acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade’, visando obter o efetivo controle e acompanhamento em tempo real sobre os indicadores estabelecidos pelo Prêmio. Neste ano, o TJAC ficou na 15ª posição entre os 27 TJEs, recebendo o Selo Prata, ficando na 5ª posição entre os 8 TJ que receberam este Selo. Deve-se ressaltar que as premiações promovidas pelo CNJ resultam ao fim, para além da comparação do desempenho entre tribunais, no aperfeiçoamento das ações, procedimentos e resultados institucionais e o TJAC segue avançando, o que se pode constatar quando se avalia a pontuação alcançada a cada ano, em 2022 o TJAC recebeu a sua maior pontuação neste Prêmio: 1.286,55 pontos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encerramento desta Gestão se aproxima, muitos avanços conquistados. O compromisso assumido no 'Plano de Gestão de 2021-2023' foi perseguido com responsabilidade, com a certeza de que as ações foram executadas além das expectativas, se mantendo em conformidade com a realidade local conforme a conjuntura social, econômica e política do Estado e do país, quiçá mundial.

Nada rompeu os sonhos e o firme propósito de fazer do Poder Judiciários do Estado do Acre o motivo central da unidade e unicidade da equipe. Todas e todos, magistradas e magistrados, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores contribuíram a partir dos seus espaços, teceram as ações e os acontecimentos, chegando aos resultados deste relatório, que se resume em honras.

Muito há para ser feito, pois os desafios reaparecem a cada dia. O Tribunal faz parte da realidade do Acre, por isso vive os reflexos da dinâmica da sociedade, mas o propósito se mantém: cumprir com o Planejamento da Instituição que será operacionalizado pelas futuras gestões.

